



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Cristiane de Cássia Soares Ramada

**Diálogo e conflitos:**

**A comunicação com pescadores artesanais em um projeto de educação ambiental na Baía de Guanabara**

Rio de Janeiro

2024

Cristiane de Cássia Soares Ramada

**Diálogo e conflitos: a comunicação com pescadores artesanais em um projeto de educação ambiental na Baía de Guanabara**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura das mídias, Imaginário e Cidade.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

R166 Ramada, Cristiane de Cássia Soares.  
Diálogo e conflitos: a comunicação com pescadores artesanais em um projeto de educação ambiental na Baía de Guanabara / Cristiane de Cássia Soares Ramada. – 2024.

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Comunicação Social.

1. Comunicação – Teses. 2. Educação ambiental – Teses. 3. Pescadores – Brasil – Teses. I. Soares, Raquel Paiva de Araújo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

br CDU 316.77

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Cristiane de Cássia Soares Ramada

**Diálogo e conflitos: a comunicação com pescadores artesanais em um projeto de  
educação ambiental na Baía de Guanabara**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura das Mídias, Imaginário e Cidade.

Aprovada em 02 de abril de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Raquel Paiva de Araújo Soares (Orientadora)  
Faculdade de Comunicação Social - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Leticia Cantarela Matheus  
Faculdade de Comunicação Social - UERJ

---

Prof. Dr. Celso Sánchez Pereira  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2024

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho, tanto a quem cedeu um tempo precioso para as entrevistas quanto para quem me deu o apoio necessário para que eu não desistisse no meio do caminho.

Equilibrar o trabalho em ritmo acelerado dos tempos atuais, a maternidade e o Mestrado ao mesmo tempo não é tarefa fácil, mas é algo que muitas mulheres vivenciam porque, como eu, consideram um desafio importante para sua vida profissional e pessoal.

O exemplo dos pescadores da Baía de Guanabara, que enfrentam tantas barreiras para seguir seu objetivo e fazer aquilo que gostam, foi fundamental e inspirador nesta caminhada. Agradeço demais por compartilharem suas vivências comigo e espero continuar aprendendo.

Os colegas do trabalho e do Mestrado, assim como todos os professores que me acolheram e torceram por mim, vão ficar no meu coração e espero que sigamos juntos.

Aos meus filhos, Luiza e Acácio, ao meu companheiro Sérgio, sempre do meu lado, aos meus pais, Dora e Sebastião, e à minha família como um todo, também só tenho a agradecer por toda a paciência e o carinho.

Que santos, deuses, espíritos, energias boas enfim, sigam iluminando o meu e o nosso caminho em direção a uma vida com mais justiça socioambiental, mais diálogo e mais afeto!

## RESUMO

RAMADA, Cristiane. *Diálogo e conflitos: A comunicação com pescadores artesanais em um projeto de educação ambiental na Baía de Guanabara*. 2024. 82 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A comunicação realizada nas duas primeiras fases do Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-BG) é objeto do estudo de caso proposto nesta pesquisa. O objetivo geral é compreender os desafios da comunicação com as comunidades de pesca artesanal inseridas nesta condicionante do licenciamento de empreendimentos que impactam suas vidas. Verificar a percepção dessas comunidades sobre o Projeto e identificar processos de transformação social que possam ter ocorrido estão entre os objetivos específicos, assim como registrar impactos da história de ocupação da baía sobre a pesca artesanal, observar possíveis mudanças na opinião dos comunitários sobre a indústria de petróleo e gás, reconhecer ruídos e refletir sobre possibilidades de melhoria na comunicação. O estudo leva em consideração revisões de autores como Paulo Freire, José Quintas, Círculo Peruzzo, Bernardo Toro, Thomas Tufte, Bell Hooks, Ailton Krenak, Raquel Paiva, Augusto Boal, Boaventura de Sousa Santos, Darcy Ribeiro, Milton Santos e Elmo Amador. Entre os conceitos abordados estão a importância do conflito para o exercício do diálogo, a relação entre território e identidade/cultura, a educação ambiental crítica, a mobilização social, comunidades gerativas, além das ideias de comunicação pública, institucional e popular. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a comunicação realizada em outros projetos junto a comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Território. Comunidade. Pescadores. Educação ambiental.

## ABSTRACT

RAMADA, Cristiane. *Dialogue and conflicts: Communication with artisanal fishermen in an environmental education project in Guanabara Bay*. 2024. 82 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The communication carried out in the first two phases of the Guanabara Bay Environmental Education Project (*PEA-BG as called in portuguese*) is the object of the case study proposed in this research. The general objective is to understand the challenges of communicating with artisanal fishing communities included in this condition of licensing enterprises that impact their lives. Verifying the perception of these communities about the Project and identifying processes of social transformation that may have occurred are among the specific objectives, as well as recording the impacts of the history of bay's occupation on artisanal fishing, observing possible changes in the community's opinion about the oil and gas industry, communication noise and reflections on possibilities for improving it. The study takes on reviews by authors such as Paulo Freire, José Quintas, Círculo Peruzzo, Bernardo Toro, Thomas Tufte, Bell Hooks, Ailton Krenak, Raquel Paiva, Augusto Boal, Boaventura de Sousa Santos, Darcy Ribeiro, Milton Santos and Elmo Amador. Among the concepts involved are the importance of conflict for the exercise of identity, the relationship between territory and dialogue/culture, critical environmental education, social mobilization, generative communities, in addition to ideas of public, institutional and popular communication. It is hoped that this research can contribute to the communication carried out in other projects with traditional communities.

Keywords: Territory. Community. Fishermen. Environmental education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa das comunidades participantes do PEA-BG.....	11
Quadro 1 -	Perfil das comunidades e nucleações participantes.....	14
Figura 2 -	Mapa de síntese da Baía de Guanabara em 1500.....	18
Figura 3 -	Currais de pesca na Baía de Guanabara.....	18
Figura 4 -	Mapa de 1609 indica aldeias, pau-brasil e baleias na Baía de Guanabara.....	20
Figura 5 -	Antiga Praia da Saúde frequentada por pescadores no final do século XIX.	22
Figura 6 -	Construção da Av. Beira-Mar, no Flamengo (Rio), em 1904.....	23
Figura 7 -	O Morro do Castelo quando abrigava a memória da cidade do Rio.....	24
Figura 8 -	Desmonte do Morro do Castelo, em 1922.....	24
Figura 9 -	Mapa do Centro Histórico do Rio em 1500 e litoral após aterros.....	27
Tabela 1 -	Situação de ecossistemas da Bacia da Baía de Guanabara – 1500/1997...	29
Figura 10 -	Mapa participativo da Pesca Artesanal na Baía de Guanabara.....	31
Figura 11 -	Primeira matéria que cita a poluição da Baía de Guanabara.....	35
Figura 12 -	Primeira grande reportagem sobre poluição nas praias cariocas.....	36
Figura 13 -	Reportagem de 1990 destaca a resistência ambiental apesar da poluição.	37
Figura 14 -	Fotografia que rodou o mundo após o vazamento de 2000.....	38
Figura 15 -	Mapa e listagem das comunidades participantes do PEA-BG.....	44
Figuras 16 e 17-	Registros de vídeos educativos sobre memória da pesca e sobre TBC.....	55
Figura 18 -	Registro de atividade com uso da cartografia da ação social.....	58

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Linha do tempo da ocupação da Baía de Guanabara após 1500.....	28
Gráfico 2 -	O que mudou na vida do pescador artesanal da Baía de Guanabara?.....	32
Gráfico 3 -	Qual o principal objetivo do PEA-BG?.....	47
Gráfico 4 -	Por que considera o PEA-BG importante?.....	47
Gráfico 5 -	Críticas ao Projeto e conflitos que agentes enfrentam nas comunidades...	48
Gráfico 6 -	O que mudou em você ou na comunidade com a participação no PEA-BG?	49
Gráfico 7 -	Visão sobre indústria de petróleo e gás mudou com a participação no PEA-BG?	49
Gráfico 8 -	Fica à vontade para criticar ou expor conflitos com a cadeia de petróleo e gás?	68

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrelpe	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
Ahomar	Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara
APA	Área de Proteção Ambiental
Ceasa	Centrais de Abastecimento
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Confrem	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros
Covid-19	Do inglês Corona Virus Disease 19
CPEG	Coordenação Geral de Petróleo e Gás
DNOS	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
EAC	Educação Ambiental Crítica
Feperj	Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
PDBG	Programa de Despoluição da Baía de Guanabara
PEA	Projeto de Educação Ambiental
PEA-BG	Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara
Reduc	Refinaria de Duque de Caxias
Resex	Reservas Extrativistas
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TO	Teatro do Oprimido
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1	<b>TERRITÓRIO: SER PESCADOR NA BAÍA DE GUANABARA</b> .....	17
1.1	<b>A ocupação da Baía de Guanabara e seus impactos socioambientais</b> .....	20
1.2	<b>Os reflexos da ocupação da baía sobre a pesca artesanal</b> .....	30
1.3	<b>Pescadores artesanais: os mais impactados e menos visíveis</b> .....	34
2	<b>LICENCIAMENTO AMBIENTAL: CONTEXTOS E LIMITES</b> .....	40
2.1	<b>O PEA-BG e a Educação Ambiental Crítica</b> .....	43
2.2	<b>Desafios e limites do PEA-BG na visão dos pescadores</b> .....	46
2.3	<b>Desafios e limites do PEA-BG na visão dos técnicos</b> .....	49
3	<b>COMUNIDADES E INSTRUMENTOS DE DIÁLOGO</b> .....	52
3.1	<b>O uso de ferramentas de comunicação tradicionais no PEA-BG</b> .....	53
3.2	<b>Metodologias participativas e comunicação não tradicional no PEA-BG</b> ...	56
3.3	<b>Reflexões sobre o uso de instrumentos de comunicação no PEA-BG</b> .....	61
4	<b>QUE TIPO DE COMUNICAÇÃO FAZEMOS?</b> .....	64
4.1	<b>Comunicação institucional, pública ou popular?</b> .....	64
4.2	<b>Ruídos que afetam a comunicação do Projeto em campo</b> .....	69
4.3	<b>Resultados alcançados até o momento</b> .....	72
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	74
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	77
	<b>APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....	81
	<b>APÊNDICE B – Roteiros de entrevistas semiestruturadas</b> .....	82

## INTRODUÇÃO

Filha de migrantes do interior de Minas Gerais, nascida e criada no subúrbio do Rio de Janeiro, sempre sonhei em contribuir para mudar o mundo com o meu trabalho. Era assim que via o Jornalismo ao ingressar na Universidade, em 1992, e era o que buscava nos jornais onde trabalhei, quando defendia pautas mostrando exemplos positivos de mudança social em comunidades periféricas. Foi assim que migrei, em 2011, para a comunicação socioambiental, contexto no qual se insere esta pesquisa.

A comunicação socioambiental está presente tanto em ações voluntárias, promovidas por empresas que buscam manter uma boa reputação pública, quanto em projetos que são exigências do licenciamento ambiental para empreendimentos. Em ambos os casos, costuma-se estabelecer uma relação com as comunidades impactadas e a comunicação se faz presente nesses processos, que se pretendem dialógicos.

Entre as exigências nos processos de licenciamento para evitar, reduzir (mitigar) ou compensar impactos, estão os projetos de educação ambiental (PEA), que também são espaços de exercício de comunicação. Ao longo das experiências como comunicadora nesse tipo de projeto, tenho observado que, para além de uma obrigação, os PEAs são compreendidos pelas empresas como forma de mediar conflitos e transmitir uma imagem positiva à sociedade, enquanto as comunidades esperam resolver problemas locais dos mais variados, o que pode ser algo frustrante para esses grupos.

Em meio a visões tão diferentes, os educadores ambientais atuam a fim de evidenciar os conflitos e transformá-los em intencionalidades de ação, buscando soluções coletivamente. Este também é meu papel de educadora ambiental e comunicadora, para o qual utilizo instrumentos diversos, do face a face às redes sociais. Na presente pesquisa, tenho a oportunidade de refletir e questionar: será que consigo realmente contribuir para uma transformação social? Será que as mensagens transmitidas às comunidades colaboram para que elas fortaleçam sua organização e intervenham de fato na gestão de seu território?

Trato nesta pesquisa de um projeto envolvendo grupos sociais tradicionais cada vez mais impactados: as comunidades de pesca artesanal da Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro. A partir da exploração de petróleo na área do pré-sal na Bacia de Santos, mais embarcações da cadeia de petróleo e gás circulam pela baía, afetando os pescadores artesanais que há séculos vivem de suas águas. Uma medida de mitigação deste impacto, exigida à Petrobras pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio

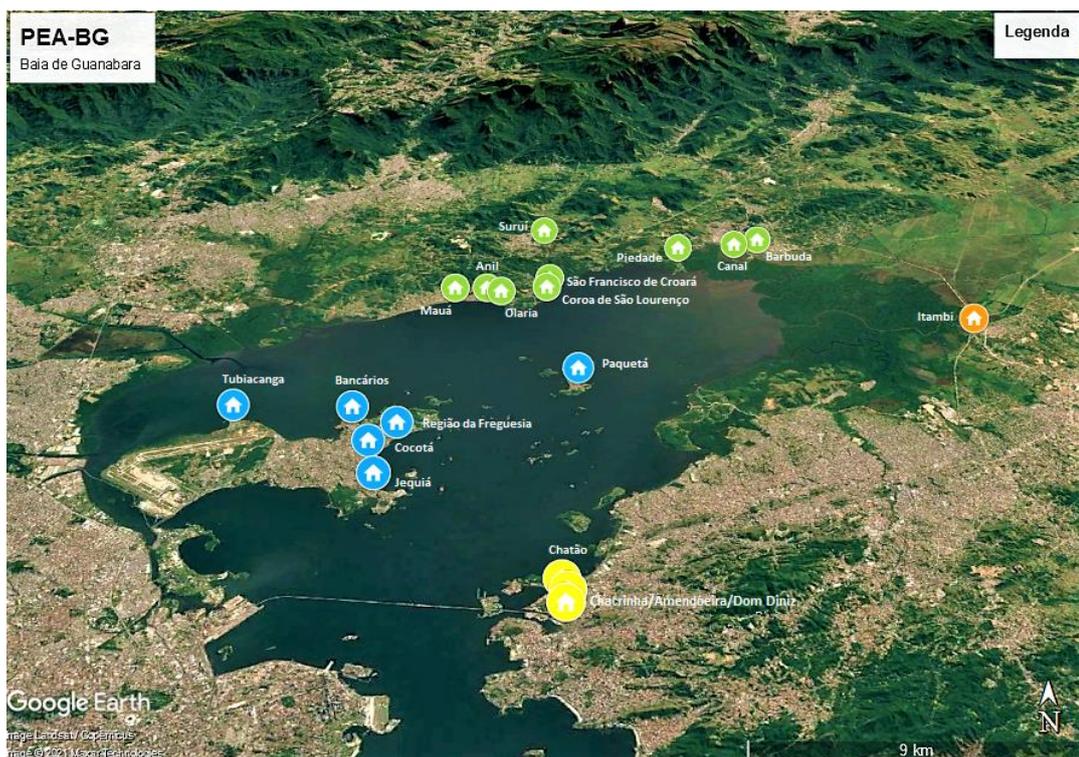
Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), é o Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-BG).

A comunicação estabelecida pelo PEA-BG com 19 comunidades de pescadores artesanais é o objeto deste estudo de caso. O Projeto é coordenado pela Petrobras, mas as ações são executadas pela equipe multidisciplinar de uma consultoria contratada por licitação. Integro a atual equipe como coordenadora de comunicação e observo os desafios desse processo educativo/comunicativo exercido numa região de conflitos históricos, intensificados com o vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo combustível, em 2000, um dos maiores acidentes ambientais no Brasil (ORTIZ, 2014), o que torna ainda mais pertinente investigar como a comunicação acontece e é assimilada pelas comunidades.

Os pescadores artesanais que resistem e reexistem na Baía de Guanabara são protagonistas nesta pesquisa, onde busco compreender a visão dos participantes desse processo que se pretende dialógico, porém envolve forças assimétricas, e como a comunicação e a educação ambiental podem fortalecer esses grupos. As comunidades em questão, situadas nos municípios do Rio de Janeiro, Magé, Niterói e Itaboraí, são destacadas na **Figura 1**. Elas foram definidas a partir de um diagnóstico participativo concluído em 2017, que identificou onde a pesca artesanal era impactada pela cadeia produtiva de petróleo e gás e onde seria possível atuar com o projeto de educação ambiental.

**FIGURA 1**

**Mapa das comunidades participantes do PEA-BG**



Essas comunidades têm a pesca como atividade de renda e de tradição, com trocas intergeracionais de saberes. Pescadores, caranguejeiros e outros atores envolvidos na cadeia da pesca artesanal, que limpam, beneficiam e vendem o pescado, constroem barcos, produzem redes e outros apetrechos compõem o perfil dos “sujeitos das ações educativas” do PEA-BG.

A categorização como “sujeitos” pressupõe muito mais do que uma mera recepção passiva de mensagens, mas sim uma atuação participativa e dialógica em busca da solução de problemas coletivos locais. As ações formativas, planejadas pela equipe da consultoria, de forma coordenada pela Petrobras e com aval do órgão fiscalizador, abordam temas como: direitos dos pescadores, organização comunitária, senso de pertencimento, geração de renda, espaços de controle social e formulação de políticas públicas, incluindo a construção coletiva de agendas socioambientais locais.

O recorte de tempo da pesquisa envolve a Fase 1 do Projeto, de 2019 a 2022, e a Fase 2, que está em andamento e deve ir até dezembro de 2024. A execução em ambas as fases está sendo realizada pela mesma consultoria vencedora de processo licitatório: a Print Comunicação. As atividades da primeira etapa ocorreram quase totalmente de forma online devido à pandemia de Covid-19, com reuniões virtuais e mobilização por telefone, aplicativo de mensagens (*WhatsApp*), criação de canal no *YouTube* e grupo no *Facebook*. Na segunda fase, mesmo com o retorno às atividades presenciais e a situação de exclusão digital nas comunidades participantes, as redes sociais foram mantidas e ampliadas, com uma *fanpage* no *Facebook* e perfil no *Instagram*, nas quais ações e resultados do PEA-BG são publicizados e se promove uma articulação com parceiros, como órgãos públicos e outros projetos relacionados à pesca artesanal e à educação ambiental.

Os materiais de comunicação do Projeto envolvem produção de conteúdo para as redes sociais citadas, assim como convites para atividades formativas, boletins anuais (impressos e em formato digital) com indicadores de resultados do PEA-BG, além de vídeos e *podcasts* que contribuem tanto para mobilizar os participantes e apoiar as ações formativas, quanto para registrar as atividades e apresentar resultados. Todo conteúdo é proposto pela equipe executora da consultoria, que inclui os agentes sociais locais, selecionados entre atores da cadeia da pesca em cada comunidade, mas passa pela aprovação da Petrobras.

Inicialmente, me propus nesta pesquisa a investigar se o PEA-BG seria um instrumento eficaz de educação e comunicação, indo além de funções como canal de diálogo e mediação de conflitos, para cumprir sua finalidade de viabilizar uma participação qualificada dos comunitários na gestão do território/maretório. Mas ao longo do Mestrado e deste estudo de caso foram surgindo muitas outras perguntas, como:

- O que significaria ser eficaz? Espera-se que a comunicação institucional contribua para reduzir ou mediar conflitos, no entanto para um PEA o evidenciar dos conflitos faz parte do processo pretendido de transformação social coletiva, é o primeiro passo para as comunidades saírem do lugar de “reclamar dos problemas” e se movimentarem na busca de soluções. Os conceitos comuns de eficácia na comunicação caberiam neste tipo de projeto de educação ambiental, com base comunitária?

- A lógica corporativa que envolve metas, indicadores e prazos tem afetado de que forma o projeto? O fato de todos os materiais passarem pela aprovação do empreendedor dão um caráter de comunicação institucional àquilo que poderia ser uma comunicação pública?

- Diferente da expectativa das comunidades, o PEA não resolve problemas, mas pode contribuir para movimentos de mudança, daí vem uma questão: o projeto mitiga impactos ou a mitigação depende totalmente da reação dos impactados?

- A comunicação feita dentro do PEA conseguiria gerar um canal de diálogo entre comunidades, empreendedor e órgão fiscalizador?

- Seria possível estimular a comunicação comunitária por meio do PEA-BG?

É preciso destacar que o PEA-BG tem como base a Educação Ambiental Crítica (EAC), emancipatória e transformadora. A vertente crítica da educação ambiental valoriza o diálogo para a explicitação dos conflitos ambientais, em busca de alternativas de transformação social construídas coletivamente. Os processos de EAC trabalham a gestão ambiental “essencialmente como um processo de mediação de conflitos de interesses” (LAYRARGUES, 2002) e demandam um espaço de comunicação que legitime a participação dos atores sociais, valorizando seus saberes tradicionais, tão importantes para o sucesso na proteção dos recursos naturais.

Como comunicadora/educadora ambiental, vivencio o conflito de trabalhar para uma contratada pelo empreendedor para fazer EAC com impactados e me questiono: até que ponto uma condicionante de licença de empreendimento que impacta grupos tradicionais contribui para sua reexistência? Para este problema central, minha hipótese é que tal política pública evidencia conflitos no território, algo fundamental para gerar mudanças, por meio de organização, articulação e ocupação dos espaços de controle social e comunicação.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender os desafios da comunicação com as comunidades de pesca artesanal que participam do Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara. Já os objetivos específicos foram:

- Registrar os impactos do processo histórico de ocupação da Baía de Guanabara sobre as comunidades tradicionais de pesca artesanal;

- Verificar a percepção das comunidades sobre os objetivos e os limites do Projeto de Educação Ambiental;
- Identificar processos de transformação social nas comunidades e/ou pessoal nos comunitários que participam das atividades do PEA-BG;
- Observar possíveis mudanças na opinião dos comunitários sobre a indústria de petróleo e gás a partir de sua participação no Projeto;
- Reconhecer dificuldades e ruídos de comunicação enfrentados em campo pelos integrantes da cadeia da pesca que trabalham para o Projeto em suas comunidades;
- Refletir sobre possibilidades de melhoria na comunicação do PEA-BG.

Quanto à metodologia de pesquisa, entendi ser mais indicado o estudo de caso, por se tratar de um fenômeno contemporâneo da vida real. Como não busco analisar o Projeto em sua totalidade, mas tenho foco na comunicação com as comunidades, podemos considerar como um estudo de caso único incorporado, conforme classificaria Yin (2010). As principais técnicas utilizadas foram a participação observante e as entrevistas semiestruturadas.

Segundo Peruzzo (2016), a participação observante é uma “participação que tenciona o observar e o intervir na situação investigada”. O pesquisador interage como participante ativo do grupo e contribui com o mesmo, gerando conhecimento que pode ser apropriado pela comunidade e documentando a história de uma experiência de organização e comunicação. Enquanto comunicadora do PEA-BG, meu olhar se fixa na forma como as mensagens são assimiladas pelos sujeitos prioritários e a contribuição, neste caso, pode vir com a melhoria nos processos comunicativos com as comunidades. Entre as variáveis observadas junto aos sujeitos, que são os atores da cadeia da pesca, estavam a assimilação dos conceitos apresentados tanto nos materiais de comunicação quanto nas atividades educativas e os sinais de transformação local, envolvendo o fortalecimento da organização comunitária.

A participação observante considerou as 19 comunidades que integram o PEA-BG, sendo que várias delas são trabalhadas de forma nucleada nas atividades, como aponta o **Quadro 1** a seguir, na qual foram incluídas algumas informações básicas sobre o perfil desses grupos sociais a partir do que foi observado.

### QUADRO 1

#### Perfil das comunidades e nucleações participantes

Município	Comunidades e/ou nucleações	Características
Rio de Janeiro	Ilha de Paquetá	Comunidade de pescadores envolvida no turismo, ainda pouco organizada, com baixa participação nas atividades e contando com agentes desmobilizadores internos

	Tubiacanga e Bancários (Ilha do Governador)	Com pouca participação inicialmente, está mais presente na Fase 2 e teve uma associação de pescadores reativada por um agente social, que tem obtido diversos projetos beneficiando os pescadores destes e de outros locais
	Jequiá, Cocotá e Freguesia (Ilha do Governador)	A comunidade de Jequiá é sede da Colônia Z-10, que participou pouco das atividades da Fase 1 mas tem se fortalecido na Fase 2, enquanto Cocotá e Freguesia são grupos desmobilizados, por isso foram nucleados
Magé	Suruí	Apesar dos muitos conflitos com a Petrobras, a comunidade é uma das mais participativas, tendo reestruturado sua associação e iniciado com o PEA-BG a construção de um projeto de turismo de base comunitária
	Piedade, Canal e Barbuda	Apesar da dificuldade de participação na Fase 1, a associação existente na Piedade se reestruturou e conseguiu a adesão das comunidades vizinhas, alcançando vários projetos e ocupando espaços nas políticas públicas de Magé
	São Francisco de Croará e Coroa de São Lourenço	Comunidades vizinhas, onde está presente a entidade representativa da pesca mais combativa à Petrobras na Baía de Guanabara, que durante a Fase 2 começou a aderir ao Projeto por conta dos resultados observados
	Mauá, Anil e Olaria	Os pescadores de Mauá participaram pouco da Fase 1 e foram nucleados com Anil, que é uma comunidade pequena, e Olaria, sede da Colônia Z-9, que não aderiu ao Projeto até o momento
Itaboraí	Itambi	Comunidade muito vulnerável, inclusive do ponto de vista de segurança, que tem participado das atividades, iniciou um pré-projeto, porém tem encontrado dificuldades de articulação com a liderança local
Niterói	Chatão, Chacrinha e Largo do Sol (Ilha da Conceição)	Ambiente cercado pela pesca industrial, onde se enfrenta a descrença em projetos de educação ambiental e se percebe uma vontade de participação, porém pouco efetiva por parte da associação local

As entrevistas semiestruturadas tiveram um papel ainda mais fundamental para gerar o protagonismo dos sujeitos prioritários do PEA-BG. Foram entrevistados, nos meses de junho e julho de 2023, 21 atores da cadeia da pesca, representando todas as comunidades ou nucleações citadas acima, sendo 13 deles agentes ou ex-agentes sociais do Projeto, além de cinco membros de equipes que executam (consultoria), coordenam (petroleira) ou supervisionam (órgão ambiental) o PEA-BG. As entrevistas foram aplicadas individualmente, de forma presencial ou por telefone, gravadas com autorização dos entrevistados, que também assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), cujo modelo se encontra

no Apêndice A. Devido à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e também para evitar constrangimentos ou receios durante a aplicação, os nomes não foram publicados.

Como demonstra César Augusto Bernal Torres (2006), as entrevistas semiestruturadas têm relativo grau de flexibilidade no formato, na ordem e nos termos de realização para diferentes pessoas. Os roteiros de perguntas para comunitários e para os demais membros da equipe, que constam do Apêndice B, foram diferenciados. O número de questões para os comunitários que também eram agentes sociais foi maior pela necessidade de captar algumas observações extras, já que são eles os verdadeiros comunicadores do PEA-BG, que mobilizam as comunidades no dia a dia.

Após as entrevistas, criei algumas categorias de análise, que junto com a participação observante e a revisão bibliográfica, envolvendo referenciais teóricos e documentos de base do Projeto, levaram à divisão dessa pesquisa em quatro capítulos. O primeiro deles aborda os impactos da ocupação da Baía de Guanabara pelo capital internacional e como o processo histórico de disputa desse território/mareatório, que hoje é um dos maiores portos do mundo, afeta a vida das populações tradicionais de pescadores artesanais.

O segundo capítulo foca no licenciamento ambiental, contextualizando o PEA-BG neste cenário; pontua o papel de educadores e comunicadores neste tipo de projeto; registra a visão dos comunitários sobre os objetivos do Projeto e as transformações percebidas nos âmbitos pessoal, coletivo e até na opinião sobre a cadeia de petróleo e gás.

Já o terceiro capítulo conta com uma análise dos entrevistados sobre os instrumentos de comunicação utilizados pelo PEA-BG, inclusive métodos como o Teatro do Oprimido, já que a comunicação tradicional não dá conta das questões comunitárias. Destaca-se que o senso de pertencimento é algo trabalhado frequentemente pelos materiais de comunicação e que se tem como perspectiva de futuro um modelo de comunidade gerativa, capaz de produzir uma comunicação comunitária e territorializada.

O quarto e último capítulo, antes das considerações finais, reflete sobre comunicação pública x institucional x comunitária, junto com uma discussão sobre os ruídos gerados na comunicação por ações de responsabilidade social do empreendedor, o que é um debate delicado porém necessário nesse contexto.

Enfim, a presente pesquisa foi para mim uma oportunidade de estudar um movimento aparentemente contraditório, pois o PEA-BG tem o senso de pertencimento das comunidades como um eixo e ao mesmo tempo é uma condicionante que viabiliza empreendimentos que impactam seu modo de vida. Foi uma chance de refletir, como educadora, comunicadora e

pesquisadora, se o Projeto consegue trabalhar com o que o educador José Quintas propõe: uma educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória.

## 1 TERRITÓRIO: SER PESCADOR NA BAÍA DE GUANABARA

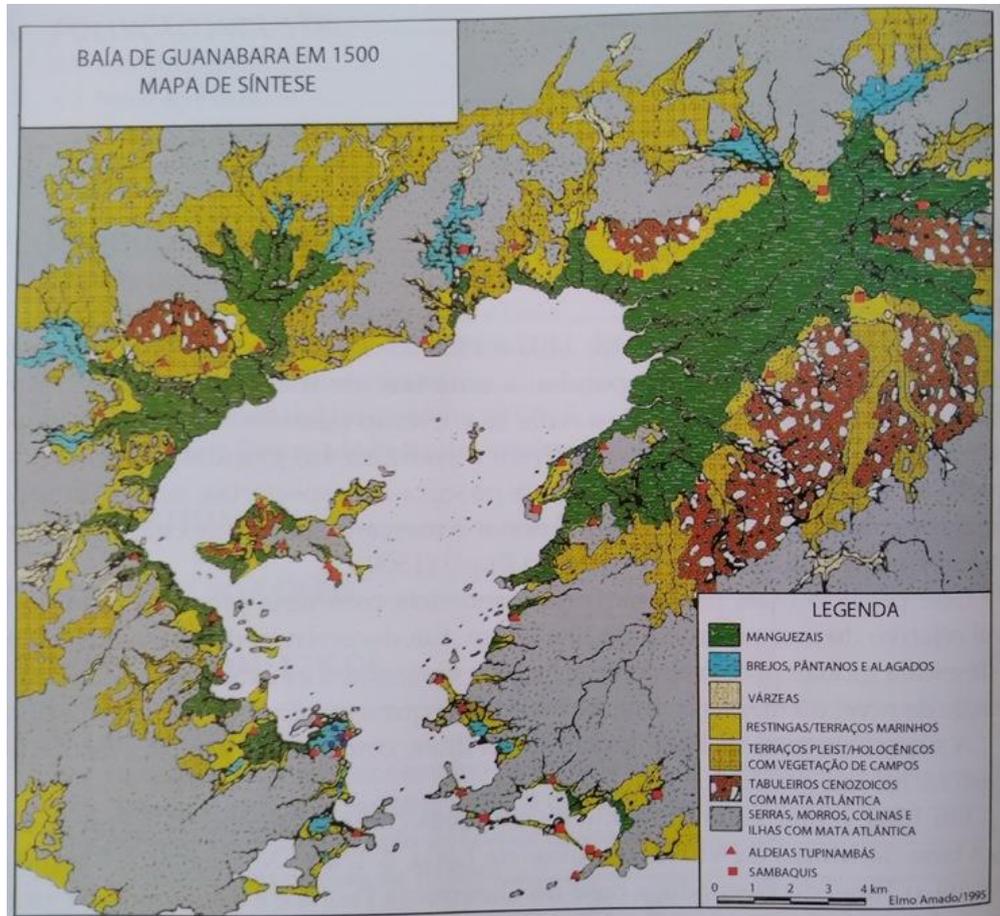
“Sou pescador por causa do meu pai que me ensinou desde criança a pescar de linha de fundo, de lamparina de noite pegando siri e me ensinou a amar e respeitar o mar”. A fala emocionada do pescador Luís Carlos da Silva Parucker, durante o V Encontro Temático da Fase 1 do PEA-BG, em 28 de junho de 2021, reflete o sentimento de amor nutrido nas comunidades de pesca artesanal da Baía de Guanabara. Um amor pela pesca e pela baía, que passa de geração em geração, resistindo a todos os problemas causados pela ocupação agressiva desse território, como tento retratar neste primeiro capítulo.

Relatos sobre a Baía de Guanabara de 1500, reunidos em obras como a do pesquisador e ambientalista Elmo Amador, revelam o quanto ela foi modificada desde a chegada dos portugueses (mapa na **Figura 2**). O mar batia em áreas onde hoje ficam os Arcos da Lapa, o Campo de Santana, a base do Outeiro da Penha. Junto às praias de areias claras e às restingas repletas de pitangueiras, cajueiros, bromélias, havia dezenas de lagunas e brejos. Extensos manguezais asseguravam uma rica biodiversidade, que atraiu povos pescadores, coletores e caçadores desde sua formação, há cerca de 6 mil anos. Golfinhos percorriam suas águas em grande número, atrás de cardumes, como os de sardinhas. No inverno, grupos de 40 a 50 baleias, medindo até 25 metros, entravam para terem seus filhotes (AMADOR, 2013, p.1-3).

Entre 30 e 40 aldeias tupis-guaranis viviam junto à Baía de Guanabara, cada uma formada por 500 a 3 mil indígenas. Estima-se, então, que a Bacia da Guanabara tinha de 15 mil e 120 mil habitantes em 1500. Eles tiravam da natureza só o necessário para viver. Da Mata Atlântica, extraíam: cipós e taquaras para cestarias; madeira para moradias e barcos; lenha; plantas medicinais. Nas restingas, coletavam frutas e caçavam porcos-do-mato, capivaras, pacas, antas, cutias, veados, jacus e macucos. Da argila das várzeas, faziam as cerâmicas para cozinhar. Na praia, pegavam tatuís e siris. Nas lagunas, pescavam tainhas e caçavam jacarés. Nos costões, extraíam mexilhões e ostras. Nos manguezais, coletavam caranguejos. Nas águas, pescavam xaréus, robalos, tainhas, bagres, sardinhas, entre outros peixes. No fundo da baía, construía cercados de bambus e madeiras de mangue para aprisionar peixes, conhecidos como currais e utilizados ainda hoje (**Figura 3**). Em canoas, circulavam pelos rios e junto às ilhas buscando alimentos. Dominavam o fogo e derrubavam

pequenas porções nas matas para plantar milho, feijão, mandioca, cará, batata-doce, abóbora, tabaco, pimenta e frutas (AMADOR, 2013, p.8-10).

**FIGURA 2**  
**Mapa de síntese da Baía de Guanabara em 1500**



Fonte: AMADOR, 2013, p.2

**FIGURA 3**  
**Currais de pesca na Baía de Guanabara**



Fonte: Acervo do PEA-BG

Todas essas atividades impactavam o ambiente, no entanto, como pontua Amador, não desequilibravam os ecossistemas, podendo ser consideradas com ações de desenvolvimento ou manejo autossustentável. Diferente do que fariam os colonizadores e os que vieram depois, aterrando manguezais, pescando com redes de arrasto para estocar e lucrar, numa história de mais de 500 anos de disputa desigual do território entre o capital e os povos tradicionais.

Os pescadores artesanais da Baía de Guanabara se encaixam no que se define por comunidades tradicionais no artigo 3º da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

O vínculo de trabalho baseado em relações familiares/comunitárias também está no artigo 8º da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, que caracteriza a pesca artesanal como a “praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (BRASIL, 2009). Muitas comunidades são formadas por famílias, como os Couto Raimundo, da qual faz parte a agente social do PEA-BG Denise Couto, que falou disso durante uma atividade do Projeto:

“Venho de uma família tradicional de caranguejeiros, a maioria mulheres, a minha mãe nos ensinou a catar caranguejo, todos os cinco filhos pegam caranguejo e também sou casada com catador de caranguejo. Nós buscamos, nós vendemos, nem sempre a venda está boa, mas tenho muito orgulho. A pesca do caranguejo é uma tradição da minha família e a gente ama nosso trabalho.” (PEA-BG, 2021)

Há diversos registros no período colonial brasileiro sobre a cata do caranguejo, assim como as pescarias e a presença de baleias e tubarões na Baía de Guanabara. Em artigo sobre as peregrinações do aventureiro inglês Anthony Knivet no Brasil no século XVI, por exemplo, Teodoro Sampaio cita seus relatos sobre “moradores pobres que pegavam caranguejos nos mangues, nos fundos dos quintais” e grandes pescarias partindo de Magé.

“A baía, então muito piscosa, como si fora um viveiro imenso, e frequentada por peixes grandes, oferecia de contínuo espetáculos surpreendentes. Grandes baleias entravam barra adentro, e algumas, muitas vezes, davam à costa, como aquela que a maré arrojou à praia, quase às portas da antiga igreja do Carmo. Os tubarões voracíssimos abundavam nas águas tranquilas da Guanabara.” (SAMPAIO, 1914, p. 361)

## 1.1 A ocupação da Baía de Guanabara e seus impactos socioambientais

Cinco séculos após a chegada dos colonizadores, a bacia contribuinte de Baía de Guanabara, que forma a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, abriga cerca de 8 milhões de pessoas. Ao tratar da história dessa ocupação, Elmo Amador mostra que os problemas socioambientais locais são consequências do modelo de desenvolvimento subordinado ao capitalismo internacional, iniciado com a colonização “baseada na mão de obra escrava e na rapinagem dos recursos naturais que culminou com o genocídio dos índios, seus primeiros habitantes” (AMADOR, 2013, p.35).

A primeira expedição portuguesa chegou à Guanabara em 1º de janeiro de 1502 e a confundiu com a foz de um rio, nomeando-lhe Baía do Rio de Janeiro. Os povos tupis-guaranis, donos do território, já o dividiam em áreas, por exemplo: a parte interior era chamada de Guanabara (seio do mar) e as enseadas da entrada, de Niterói (água escondida). Os tamoios tiveram um contato inicial amistoso com os portugueses, mas lutaram contra eles após se aliarem aos franceses, que passaram a frequentar a região.

Com os franceses começou o escambo do pau-brasil, que os tamoios cortavam na mata e traziam à praia para ser levado embora de navios. As primeiras iconografias (como na **Figura 4**) indicam grande ocorrência de pau-brasil junto à Baía de Guanabara, assim como de baleias. A ocupação portuguesa, com a fundação da cidade do Rio de Janeiro em 1565, gerou um ciclo de desmatamento que acabou com as reservas de pau-brasil e uma intensa caça às baleias, de onde se tirava desde o óleo para iluminação até as barbatanas para espartilhos.

### FIGURA 4

#### Mapa de 1609 indica aldeias, pau-brasil e baleias na Baía de Guanabara



Fonte: Figure du Port de Guanabara Au Brisil, de Jean Millot, 1609 (AMADOR, 2013, p.39)

O principal objetivo da ocupação lusa na área da Baía de Guanabara inicialmente era defender a terra de invasores. Como se tratava de ambiente impróprio para instalar uma cidade, com morros, pântanos, brejos, foram necessárias muitas alterações para construir a metrópole que viria a abrigar a Família Real e a se tornar a capital do país. Foram “quatro séculos de dissecação de brejos, várzeas e pântanos, de desmontes, e de aterros de lagunas, manguezais e da Baía de Guanabara num trabalho permanente e avassalador de dominação da paisagem e destruição dos ecossistemas” (AMADOR, 2013, p. 50).

A transformação improvisada e às custas da destruição ambiental baseou-se na economia portuário-comercial, sustentada por diferentes ciclos. O primeiro deles foi o da cana-de-açúcar, que fez o desmatamento avançar pelo recôncavo da Guanabara. Várzeas, lagunas, brejos e manguezais foram dissecados por drenagens, impactando os sistemas fluviais. A Lagoa de Santo Antônio foi a primeira a ser drenada e aterrada.

O desmatamento e as drenagens contribuíram para uma leve redução na produtividade da baía no fim do século XVII. A orla ainda conservava, então, muito do contorno primitivo, mas já se notava um avanço sobre o litoral, com aterros e construção de ancoradouros. As instalações portuárias, iniciadas pelo Rio, já ocorriam também em Niterói e na região da Baixada, onde se acentuava o tráfico negreiro para atender à expansão da cana, já que poucos indígenas restaram, devido a extermínios e doenças contraídas dos brancos.

Com o ciclo da mineração, no século XVIII, o número de embarcações na Baía de Guanabara aumentou bastante. As riquezas minerais do país eram escoadas pelos seus portos. A urbanização avançava sobre as áreas pantanosas. As matas de encostas de serra e de manguezais passaram a ser derrubadas para movimentar a construção civil e outras atividades econômicas, pois os engenhos de açúcar já tinham devastado as áreas mais baixas de várzeas.

Na mesma época, a rápida passagem do café pela Baixada Fluminense desmatou maciços costeiros e contrafortes da Serra do Mar. Já a cidade do Rio, transformada em capital da Colônia, sofreu principalmente com os aterros. Amador destaca que a maioria dos espaços obtidos com aterramento das lagoas na cidade virou praça, mostrando ignorância quanto à importância ambiental dos ecossistemas: “Os colonizadores portugueses impunham numa natureza, por eles desconhecida, um padrão de uso europeu” (AMADOR, 2013, p. 79) . Além de praças, foram construídas muitas ruas e igrejas: “Era uma verdadeira colonização religiosa, com seus alicerces enterrados na natureza agredida” (AMADOR, 2013, p.80). Tamanha destruição logo refletiu na baía e na vida urbana, com enchentes periódicas.

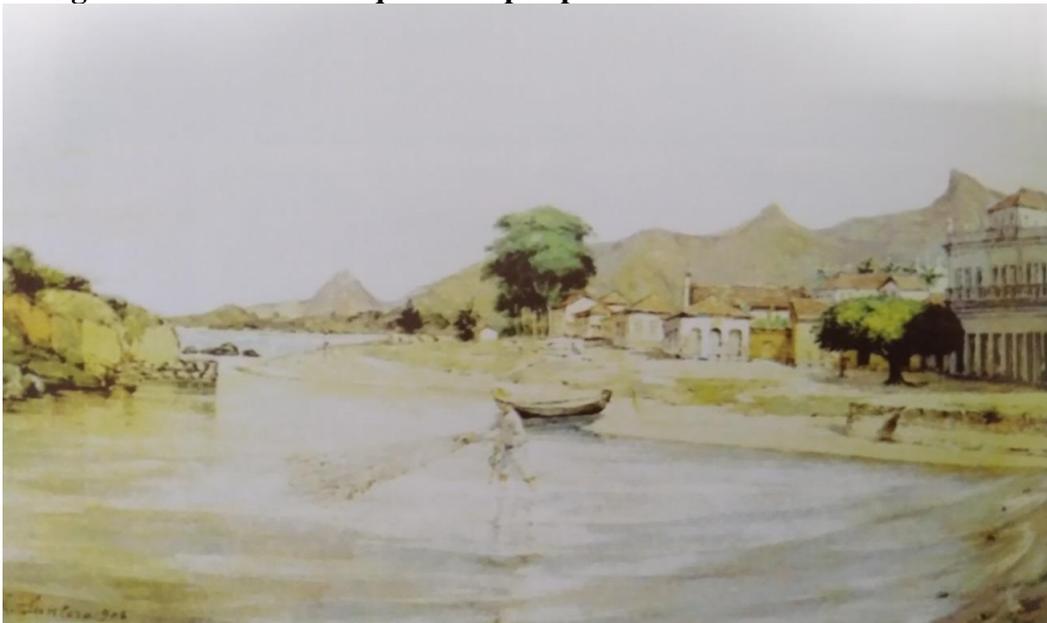
O século XIX começou com a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro, em 1808, e a abertura dos portos, fazendo o fluxo de embarcações na Baía de Guanabara

aumentar bastante. O número de navios utilizando o Porto do Rio passou de 778 em 1807 para mais de 5 mil em 1811. O movimento era grande pelo comércio do café e pela intensificação do tráfico de escravos. Portos em Magé (de Suruí e da Estrela) e Itaboraí (das Caixas) também eram bem movimentados pelo escoamento de mercadorias destinadas ao interior do país. No entanto, a partir das ligações ferroviárias abertas, essas instalações se acabaram e as vilas da Baixada entraram em decadência.

O ciclo do café levou ao desmatamento dos três maciços cariocas (Tijuca, Pedra Branca e Mendanha), dos contrafortes da Serra do Mar e das colinas de Itaboraí e São Gonçalo. Com isso, a erosão aumentou, assoreando rios e reduzindo a vazão de água que abastecia a população. Mesmo assim, a baía era bastante piscosa, sendo possível pescar até na região central do Rio, como retratado na Praia da Saúde na **Figura 5**.

### FIGURA 5

#### Antiga Praia da Saúde frequentada por pescadores no final do século XIX



Fonte: Pintura de Rosalbino Santoro, em 1906 (AMADOR, 2013, p.114)

Segundo as pesquisas de Elmo Amador, a capacidade de autodepuração das águas da Baía de Guanabara foi ultrapassada ao final do século XIX, quando a população da bacia superou os 500 mil habitantes. O volume de lixo depositado em manguezais aumentou e o esgoto, antes transportado por escravos (a quem se chamavam de Tigres, dos quais todos fugiam nas ruas à noite) em barricas de madeira e jogado no litoral, passou a ser canalizado em áreas burguesas, mas se encaminhava para a baía sem qualquer tratamento.

No período de 1870 a 1930, a urbanização atingiu pontos com natureza até então conservada, matando morros, rios e aterrando ainda mais a baía. Todo o litoral carioca do Caju a Copacabana foi alterado, com vias abertas e ampliadas, como a Avenida Beira-Mar

(**Figura 6**). O Saco de São Diogo foi eliminado com o prolongamento do Canal do Mangue ao mar. Até um bairro foi criado artificialmente com o aterramento e loteamento de áreas na Enseada de Botafogo: a Urca, cujo nome é abreviatura da loteadora Urbanizadora Carioca.

### FIGURA 6

#### Construção da Av. Beira-Mar, no Flamengo (Rio), em 1904



Fonte: Reprodução (AMADOR, 2013, p.149)

A função portuária levou à perda de mais de 5 quilômetros de extensão da baía no início do século XX, incluindo Cais do Porto, Cais do Caju e Píer da Praça Mauá. O desenvolvimento da indústria de construção naval também acabou com grandes áreas do litoral e algumas ilhas. A Marinha ainda era apontada por Amador como responsável pela desfiguração de ilhas como o Mocanguê e Ilha das Flores, além da promoção de grandes aterros como o da Avenida Brasil, entre outras agressões à baía.

A Avenida Brasil, aliás, foi importante para o crescimento dos bairros proletários na Baixada Fluminense e nos subúrbios, que começaram a servir de área de instalação de indústrias poluidoras (inicialmente a indústria têxtil) e moradias para os trabalhadores. Por muito tempo, não se investiu nada em serviços básicos de água, esgoto e coleta de lixo nessas áreas e os rios naturais foram mutilados para valorizar terras de grandes proprietários, o que contribuiu para inundações crônicas e impactou a pesca. A atividade pesqueira também foi muito prejudicada pela construção de um porto na Enseada de São Lourenço, em Niterói.

A abertura de aeroportos, no século XX, foi outra atividade que impactou muito a Baía de Guanabara e a história criada ao seu redor. O Santos Dumont foi construído em 1934 a partir do aterro gerado pelo desmonte em 1922 do Morro do Castelo, um dos pontos de

fundação da cidade do Rio, observado nas **Figuras 7 e 8**. A Ilha de Serigipe, historicamente ocupada pelos franceses, perdeu sua condição insular ao ser ligada ao aterro do aeroporto. Uma área de 5 km<sup>2</sup> do Estuário de Manguinhos foi aterrada para se levantar o Aeroporto do Galeão, em 1952. Aquela área abrigou, até os anos 1920, manguezais, canais de marés, praias, ilhas, rica em aves e com enormes cardumes de camarões, sardinhas, corvinas, xaréus e outros peixes. Era possível pescar a remo na região em frente ao Caju. Até a construção da Avenida Brasil e a ligação com o continente, em 1949, a Ilha do Governador, conhecida pelos indígenas como Paranapuan (Grande Ilha), era um local de veraneio que lembrava Paquetá. A degradação ambiental ocorrida em menos de 30 anos repercutiu de forma grave na baía.

### **FIGURA 7**

#### **O Morro do Castelo quando abrigava a memória da Cidade do Rio**



Fonte: Reprodução (AMADOR, 2013, p.153)

### **FIGURA 8**

#### **Desmorte do Morro do Castelo, em 1922**



Fonte: Foto de A. Malta (AMADOR, 2013, p.153)

Elmo Amador destacou o período de 1930 a 1990 pelos grandes impactos à Baía de Guanabara causados pelo modelo de desenvolvimento baseado na industrialização. O número de indústrias no Rio de Janeiro passou de 2 mil estabelecimentos em 1920, então concentrados na Zona Portuária, para 10 mil em 1980, estendendo-se para os subúrbios e a Baixada. Em 1990, o órgão de controle ambiental do estado do Rio informava que os resíduos líquidos industriais eram responsáveis por 25% da poluição orgânica e por quase toda a poluição por substâncias tóxicas e metais pesados da baía.

Amador apontava como atividade mais poluidora da baía a indústria de petróleo e gás, com impactos que hoje envolvem uma intensa circulação de embarcações. A primeira refinaria de petróleo da baía, a de Mangueiros, começou a operar em 1954 sobre um aterro na baía. Já para a implantação da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), inaugurada pela Petrobras em 1961, foram destruídos campos arbustivos e manguezais. Em 26 de março de 1975, aconteceu o maior acidente ambiental da Baía de Guanabara, com o rompimento do casco do navio iraquiano Tarik Ibn Ziyad e o derrame de seis milhões de litros de óleo na água. No Rio Jequiá, uma camada de óleo pegou fogo e destruiu cerca de dois hectares de manguezal (ALENCAR, 2021).

É deste período também a construção do Aterro do Flamengo, da Cidade Universitária (que aterrou um arquipélago de oito ilhas), da Ponte Rio-Niterói, da Rodovia Niterói-Manilha, tudo às custas de muito aterro na baía. Aterros estes que reduzem a circulação de águas, alteram todo um ambiente natural, como a Ilha da Conceição (Niterói), que deixou de ser ilha, contribuindo também para a poluição das águas, o assoreamento e a redução da pesca.

Na Baixada Fluminense, as modificações dos rios pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) aumentaram a carga de sedimentos levados para a baía e impactaram a vida nos manguezais: os do Guapi, por exemplo, tiveram um choque de água doce, enquanto no Macacu salinizou-se. A urbanização levou ao recuo ou ao desaparecimento de extensos manguezais: além daqueles da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapi-Mirim (em Magé, Itaboraí e São Gonçalo) restam hoje manchas esparsas em Duque de Caxias e no Rio de Janeiro (AMADOR, 2013, p.194).

Aliás, a criação da APA de Guapi-Mirim, em 1984, era apontada por Amador como grande vitória das comunidades com relação às agressões contra a baía. Ele ainda citava como exemplo de resistência a mobilização dos pescadores da Colônia de Itaipu (Z-7) que, com apoio de um grupo técnico, moveu ação popular na Justiça, em 1978, para impedir o loteamento da Lagoa de Itaipu, em Niterói. Foi uma das primeiras ações populares do Brasil

contra crime ambiental e a primeira da Baía de Guanabara. Uma área de restinga chegou a ser loteada, mas a lagoa sobreviveu.

A década de 1990 começou com movimentos ambientalistas fortalecidos a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, onde se assinou um Tratado dos Oceanos, incluindo a declaração pelos povos da Terra da Baía de Guanabara como Patrimônio da Humanidade. Já em 1994, foi lançado o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), prometendo tratar 58% do esgoto que ia para a Baía até 1999. Vinte anos depois, apenas um quarto do esgoto gerado por moradores da região passava por tratamento e nenhuma outra meta foi cumprida, levando ao mar aproximadamente 18 mil litros de esgoto doméstico por segundo (ALENCAR; SCHMIDT, 2014).

Em termos de lixo flutuante, um problema sério para a vida marinha, a pesca e a navegação em geral, a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) estimava, em 2015, um despejo diário de 90 toneladas de resíduos sólidos no espelho d'água da baía. Este volume é bem superior à capacidade de coleta de ecobarreiras instaladas pelo órgão ambiental estadual, que em 2020 era de 196 toneladas de lixo por mês, nem 10% do que chegava (ALENCAR, 2021, p. 67).

Apesar de o esgoto doméstico ser realmente uma das principais fontes de poluição na bacia da Baía de Guanabara, Amador criticava o PDBG por se focar no saneamento básico e não considerar questões como ocupação irregular de margem, poluição industrial e assoreamento. Os aterros continuaram após 1990, por conta de obras como a Linha Vermelha, e o risco de acidentes ambientais cresceu a partir da transformação da baía no segundo parque industrial do país com: 14 mil estabelecimentos industriais (6 mil deles considerados poluidores), dois portos comerciais, 40 estaleiros, duas refinarias, 16 terminais marítimos de petróleo, 1.047 postos de combustíveis (AMADOR, 2013, p.239).

Esse risco se tornou bem real em 18 de janeiro de 2000, quando um duto da Petrobras ligando a Reduc ao terminal Ilha d' Água, na Ilha do Governador, se rompeu, causando o vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo combustível na baía. A mancha se espalhou por 40 km<sup>2</sup>, atingindo praias, manguezais, ilhas, costões rochosos, materiais de pesca, matando centenas de aves e peixes. Dezenove anos depois de a Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro (Feperj) entrar com ação coletiva na Justiça cobrando pagamento por danos morais para 12.180 pescadores que tiveram o trabalho interrompido pelo desastre ecológico, o Poder Judiciário homologou o acordo entre a empresa e entidade (ALENCAR, 2021).

Com as ações de controle executadas pela Petrobras e termos de ajustes de conduta celebrados com ela e com outras indústrias da região pelos órgãos ambientais do estado e o

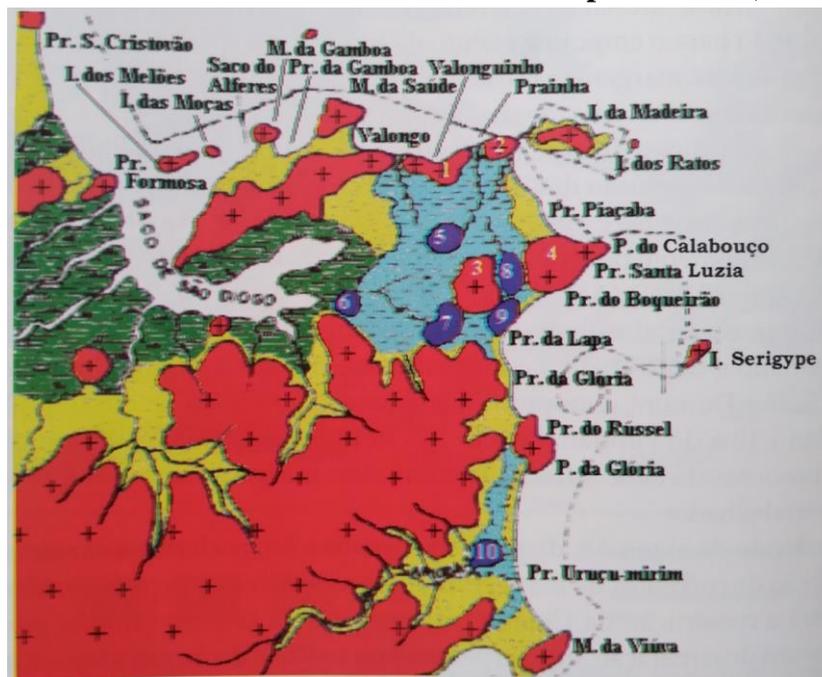
Ministério Público, além de planos de contingência mais eficazes, o volume de poluição por óleo na Baía de Guanabara caiu, mas ainda existe. Microvazamentos são avistados com frequência perto de terminais aquaviários na Ilha do Governador, cabeceiras dos aeroportos, Cais do Porto, entre outros pontos (AMADOR, 2013, p. 399).

Uma questão pouco trazida à tona, mas bem visível para quem pesca ou frequenta a Baía de Guanabara, é o aumento de embarcações. Em 2021, segundo a Capitania dos Portos, 2.576 embarcações médias e grandes navegaram ali. A região de fundeio chega a ter ao mesmo tempo 60 navios parados, ocupando espaço de pesca e contaminando as águas. Além disso, há muitos navios abandonados, como um que bateu na Ponte Rio-Niterói durante uma ventania em novembro de 2022. Após esse acidente, levantamentos de vários órgãos públicos apontaram para cerca de 60 embarcações abandonadas, mas estudo feito em 2021 por membros do Cluster Tecnológico Naval do Rio de Janeiro indicava 250 embarcações fantasmas de todo tipo na baía, que são ainda um perigo à navegação (LIMA, 2022).

Para tentar resumir como foi a ocupação humana da Baía de Guanabara a partir de 1500 e de que forma ela contribuiu para sua degradação ambiental, trago a seguir um mapa produzido por Amador, um gráfico em formato de linha do tempo, com os principais marcos históricos e dados de crescimento populacional descritos ao longo de sua obra, além de uma tabela comparativa de algumas das principais perdas ambientais, calculadas pelo pesquisador.

### FIGURA 9

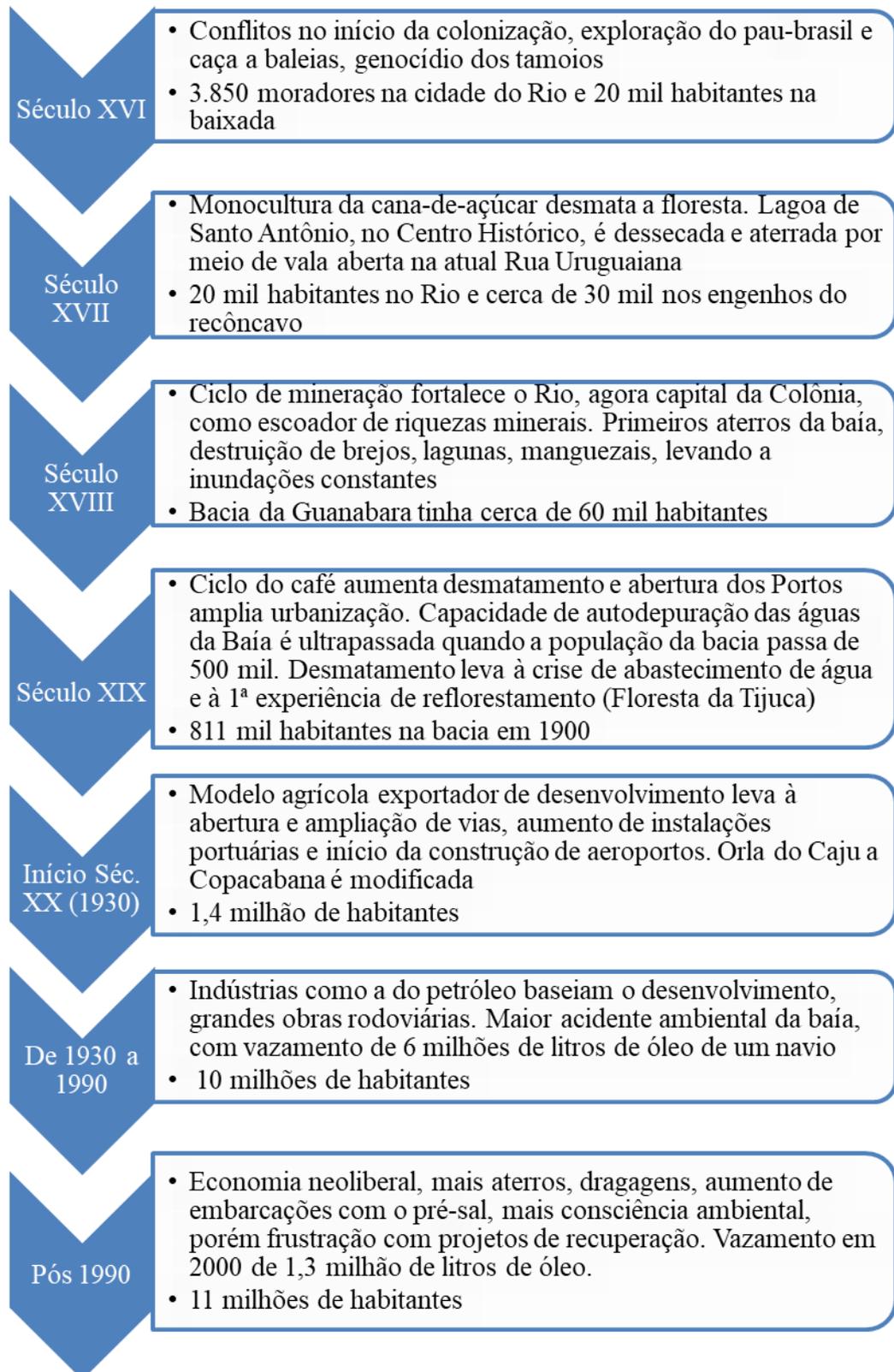
#### Mapa do Centro Histórico do Rio em 1500 e litoral após aterros (linha tracejada)



Fonte: Mapa produzido por Amador em 1997 no livro Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza (AMADOR, 2013, p.278)

## GRÁFICO 1

### Linha do tempo da ocupação da Baía de Guanabara após 1500



**TABELA 1**  
**Situação de ecossistemas da Bacia da Baía de Guanabara – 1500/1997**

<b>Ecossistema</b>	<b>Área/Unidade em 1500</b>	<b>Área/Unidade em 1997</b>	<b>Perda 1500/1997</b>	<b>Observações</b>
Baía de Guanabara*	468 km <sup>2</sup>	393 km <sup>2</sup>	20,3%	Com os sucessivos aterros, desapareceram também ecossistemas produtivos, como manguezais, praias, lagoas, ilhas etc.
Mata Atlântica	3.375 km <sup>2</sup>	1.265 km <sup>2</sup>	62,5%	Áreas remanescentes correspondem quase exclusivamente a unidades de conservação
Manguezais	261,9 km <sup>2</sup>	81,5 km <sup>2</sup>	68,9%	Remanescentes concentrados na APA Guapi-Mirim e manchas dispersas em Duque de Caxias, Ilha do Governador, Canal da Maré e Ilha do Fundão
Superfície ocupada por várzeas e canais fluviais	43 km <sup>2</sup>	8 km <sup>2</sup>	81,4%	De forma geral, todos os 55 rios e canais fluviais que chegavam à baía foram impactados
Lagunas, brejos e apicuns	39	2	95%	Quase a totalidade destruída por aterros e dissecações
Ensedadas, sacos e gamboas	24	9	62,5%	Sua eliminação por sucessivos aterros refletiu na produção do pescado, principalmente camarões
Praias naturais	118	8	93%	As praias que não foram aterradas passaram uma completa alteração de suas condições naturais

*\*Superfície total sem inclusão de ilhas, ou seja, apenas o espelho d'água.*

Fonte: AMADOR, 2013, Tabela 3.1 da p.245 e outras observações do livro

## 1.2 Os reflexos da ocupação da baía sobre a pesca artesanal

“Apesar de todas as agressões, a baía, como ecossistema vivo, ainda é viável” (AMADOR, 2013, p. 469). O ambientalista que pesquisava e amava a Baía de Guanabara destacou em sua obra que uma prova de resistência do ecossistema é que peixes e botos nunca deixaram realmente a região. Os golfinhos entram e saem para se alimentar, as sardinhas voltaram a aparecer na baía, o que alguns pescadores associam à redução do lançamento de óleo nas águas. Há pescadores até em locais mais poluídos, como em frente à Praia de Ramos e nas pontes entre as ilhas do Fundão e do Governador (AMADOR, 2013, p. 261 e 439).

Segundo estudo de Marcelo Vianna, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de 2017, a baía conta com 247 espécies de peixes (ALENCAR, 2021, p. 25). Desse modo, apesar da perda da qualidade ambiental das águas e de problemas pouco visibilizados pela mídia, como aumento das zonas de exclusão e competição por espaço, que reforçarei adiante, milhares de famílias ainda vivem da pesca na Guanabara.

Os números de pescadores artesanais atuando na região são bem diferentes dependendo de cada fonte pesquisada. Mas considerando nossa principal referência, hoje cerca de 6 mil pescadores atuam na Baía de Guanabara, com produção média de 13 toneladas por dia de pescado de valor comercial e 1 tonelada diária e mexilhão. Muitos mexilhões são coletados inclusive nos pilares próximos ao vão central da Ponte Rio-Niterói. Há ainda muitos currais de peixe utilizados por pescadores de Magé (AMADOR, 2013, p.261-262).

A média de produção de pescado artesanal citada é um pouco menor do que a destacada na atualização do Diagnóstico Participativo do PEA-BG. O caderno trouxe dados de uma pesquisa publicada pelo Ibama, citando que 33% do que foi pescado na Baía de Guanabara, de abril de 2001 a março de 2002, vieram da pesca artesanal (JABLONSKI, 2002), o que representa mais de 6 mil toneladas no ano ou uma média de 16 toneladas por dia. Um monitoramento no ano de 2020 identificou 1.245 embarcações de pesca artesanal na baía (FIPERJ/PETROBRAS, 2021). Boa parte do que se pesca lá é vendida no local de desembarque para intermediários, que revendem nas Centrais de Abastecimento (Ceasa) ou no Mercado São Pedro, em Niterói. Já o caranguejo é comercializado pelos próprios coletores ou familiares em beiras de estrada ou feiras livres (JABLONSKI, 2002).

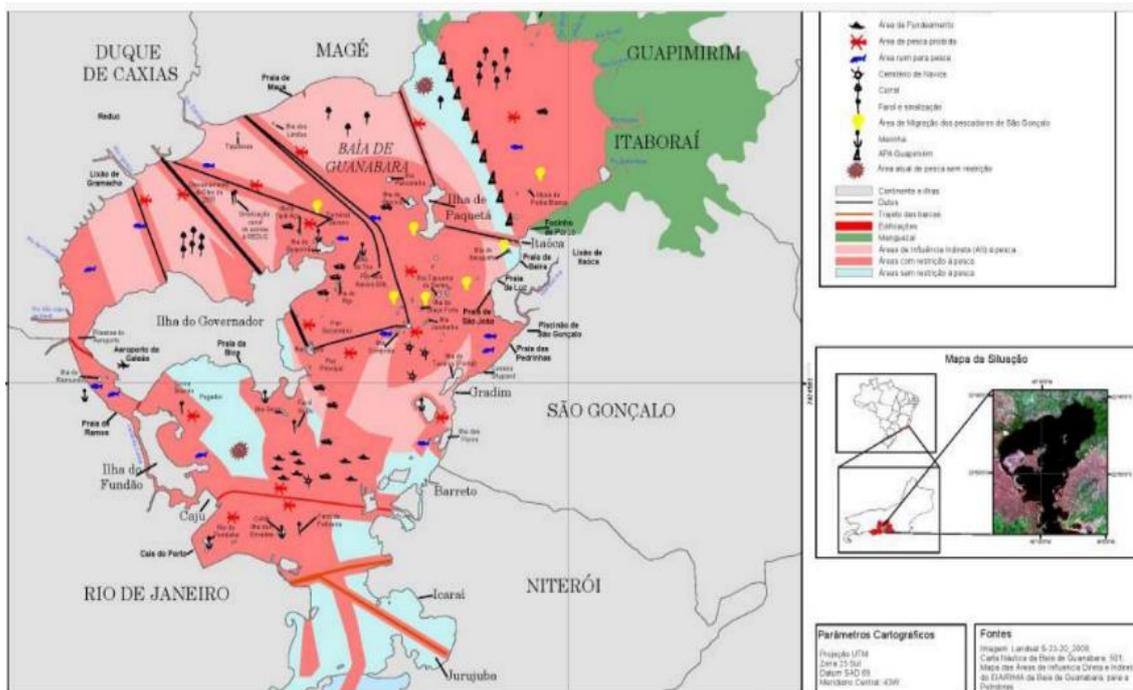
O uso do espaço da Baía de Guanabara pela pesca artesanal, que é milenar, tem resistido às agressões ambientais causadas pela urbanização, numa luta cada vez mais desigual e difícil. Os modelos de desenvolvimento vivenciados desde 1500 têm tirado o espaço da pesca artesanal, cada vez de forma mais ampla e acelerada, afetando a rotina das comunidades tradicionais que têm na atividade sua principal fonte de renda.

Um mapeamento participativo conduzido por Carla Chaves (2011) revelou que apenas uma área de 12% do espelho d'água não apresenta restrições para a pesca artesanal. Há ainda 13% de Área Influência Indireta de dutos e terminais de combustíveis, na qual a pesca não é proibida, mas onde o aumento da temperatura da água e os ruídos gerados pelas tubulações interferem na vida marinha.

Segundo o estudo de Chaves (2011), que inclui o mapa da **Figura 10**, hoje o maior usuário da Baía de Guanabara, com 22% a 44% de utilização do espelho d'água, é a indústria de exploração de petróleo e gás. Há ainda 14% de área destinada à proteção ambiental e diversas zonas de restrição à pesca pela presença da Marinha, pelo cemitério de navios abandonados e os pontos de praticagem e fundamento de grandes embarcações, entre outros fatores, como disputa de espaço com a pesca industrial.

**FIGURA 10**

**Mapa participativo da pesca artesanal na Baía de Guanabara**

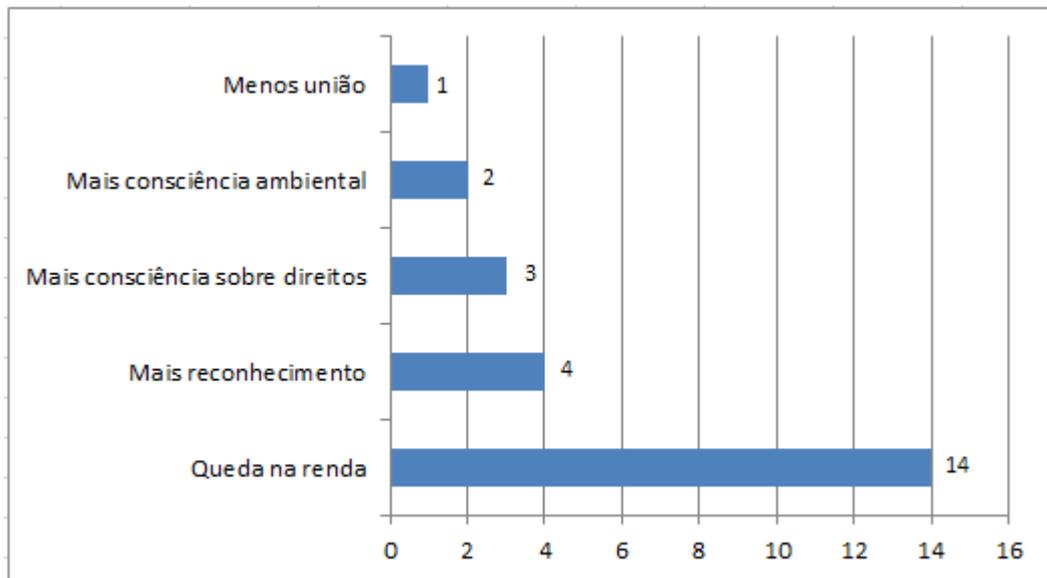


Fonte: CHAVES, 2011, p.134

A perda do território também é percebida pelos integrantes de comunidades de pescadores que participam do PEA-BG e foram entrevistados para esta pesquisa. “Há 10 anos eu pescava em toda a Baía de Guanabara, hoje só se pode pescar em 30% dela e esses 30% a fiscalização vem em cima para saber como está o documento do barco, se você tem todos os apetrechos dentro das normas”, reclamou um pescador. Ele e outros 13 entrevistados responderam que a queda na renda foi a principal mudança na vida do pescador artesanal na Baía de Guanabara, como indicado no **Gráfico 2**.

## GRÁFICO 2

### O que mudou na vida do pescador artesanal da Baía de Guanabara?



Fonte: Respostas dos comunitários entrevistados nesta pesquisa

Como fatores de queda na renda, os pescadores apontaram, para além da perda do território, o aumento no preço dos insumos, a redução do valor do pescado causada também pela pesca predatória e pela poluição. “Antigamente não tinha esse negócio de poluição, o manguezal era limpo, não tinha mortandade de peixe, não tinha quase navio nenhum para atrapalhar ninguém, para derramar óleo.” “Agora é sofrido, tem que trabalhar mais horas, gastar mais combustível e muitas vezes vir sem nada, não paga nem o que gastou.” Estas são algumas das observações feitas durante as entrevistas.

Os pescadores acabam procurando outras alternativas de renda para manter a família, mas dificilmente deixam o mar de vez. Para Chaves (2011), o conflito com a indústria petrolífera até impulsiona a união entre pescadores artesanais. Como comunicadora e observadora no PEA-BG, percebo que a própria consciência sobre a perda do território e sobre todo o cenário envolvido, despertada também nas atividades educativas, estimula a organização comunitária e a luta por acesso aos direitos. “Antes do PEA eu ia pescar e não tinha noção dos problemas enfrentados pela comunidade, mas hoje minha visão do que acontece na Baía de Guanabara é mais ampla”, relatou um entrevistado.

As comunidades também têm buscado reconhecimento da pesca, que é a prática mais antiga na Baía, e fortalecimento para enfrentar as ameaças à territorialidade e à identidade. “Quando era criança, as pessoas encarnavam muito na gente por estarmos no mangue, que parecia porco. E hoje você chegar num local e falar do manguezal, as mudanças que tiveram foram muito significativas pro positivo”, destacou uma comunitária.

A relação entre identidade e território vem ganhando cada vez mais força. No caso dos povos tradicionais que vivem na costa do Brasil, pescadores e caranguejeiros, esse espaço que envolve mais que a terra, o mar, os manguezais, vem sendo chamado de “maretório”, já que são “territórios influenciados pela maré, conseqüentemente pelos ciclos lunares e pelas mudanças climáticas” (MARETÓRIO, 2022). A expressão começou a ser usada em 2001, sendo relacionada à criação das Reservas Extrativistas (Resex), que representam as lutas constantes contra as ameaças de invasão de áreas de extração de caranguejos, peixes e outras espécies. A geógrafa Márcia Pimentel (2019) explica, em artigo, que o maretório vai além do espaço físico, incluindo a questão identitária dos povos que nele vivem.

O sentido do maretório é o da apropriação construída mediante práticas culturais, ecológicas, econômicas, rituais, por isso, não tem fronteiras fixas, já que é um conceito que representa a mobilidade de uma coletividade pela zona costeira. (PIMENTEL, 2019, p. 202)

Considerada um dos principais eixos do PEA-BG, ao tratar de ordenamento territorial e senso de pertencimento, a relação entre identidade e território está presente também na obra do geógrafo Milton Santos (2011).

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, M., 2011, p.14)

Outro geógrafo, Marcelo Lopes de Souza, relaciona o processo de desterritorialização ao “desenraizamento” de indivíduos e grupos sociais. Ele reconhece que a perda do território pode implicar a privação do acesso a recursos, como é o caso dos pescadores artesanais que têm sua área de trabalho tão reduzida ao ponto de dificultar sua sobrevivência. O autor destaca, no entanto, que a desterritorialização sempre se trata, primeiramente, de “um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço” (SOUZA, 2008, p.60). O fortalecimento da organização comunitária, que é a linha de ação com a qual o PEA-BG e outros projetos de educação ambiental trabalham, pode contribuir de certa forma com o aprimoramento do exercício pelos pescadores dessas relações de disputa de poder, nas quais costumam sempre estar numa situação inferiorizada.

A desterritorialização sofrida pelas comunidades de pescadores artesanais da Baía de Guanabara envolve ainda a deculturação, tratada na obra de Darcy Ribeiro. É um processo que vem do período colonial, quando ao mesmo tempo em que tomava as terras dos povos originários e explorava os povos escravizados, o colonizador inviabilizava a manifestação da cultura dos dominados para impor a sua, atuava no apagamento da memória e da identidade dessas populações. Esse movimento de deculturação não foi nada pacífico, sempre houve

tentativas de resistência a essa lógica colonizante, “o que faltou, sempre, foi espaço para movimentos sociais capazes de promover sua reversão” (RIBEIRO, D., 1995, p.26).

As comunidades de pescadores da Baía de Guanabara, que sentem em seu dia a dia os efeitos da perda de território em nome de um modelo de desenvolvimento capitalista, que não respeita espaços de atividades econômicas tradicionais como a pesca, praticada no território muito antes do período colonial, pelos povos originários.

As forças que se defrontam nessas lutas não podiam ser mais cruamente desiguais. De um lado, sociedades tribais, estruturadas com base no parentesco e outras formas de sociabilidade, armadas de uma profunda identificação étnica, irmanadas por um modo de vida essencialmente solidário. Do lado oposto, uma estrutura estatal, fundada na conquista e dominação de um território, cujos habitantes, qualquer que seja a sua origem, compõem uma sociedade articulada em classes, vale dizer, antagonicamente opostas mas imperativamente unificadas para o cumprimento de metas econômicas socialmente irresponsáveis. A primeira das quais é a ocupação do território. Onde quer que um contingente etnicamente estranho procure, dentro desse território, manter seu próprio modo tradicional de vida, ou queira criar para si um gênero autônomo de existência, estala o conflito cruento (RIBEIRO, D., 1995, p. 169).

### 1.3 Pescadores artesanais: os mais impactados e menos visíveis

Apesar de serem os mais impactados pela ocupação da Baía de Guanabara, com perda de espaço de vida e trabalho, os pescadores artesanais têm pouca visibilidade pela mídia. Em sua dissertação de Mestrado que trata de narrativas jornalísticas sobre a Baía de Guanabara, Michel Misse Filho analisou como ela está presente nas matérias do jornal O Globo, do Rio de Janeiro, entre 1940 e 2018. Seu objetivo era entender quando e como a baía passou a ser jornalística e socialmente percebida como ambiente poluído. Ele não tinha foco na pesca artesanal, mas a leitura do material reforça a impressão do senso comum de que a atividade econômica realizada na baía desde a sua formação é pouco visível.

A análise demonstra que a sociedade demorou muito para perceber as agressões à Baía de Guanabara como problema. Antes de 1º de agosto de 1957, quando se publica a primeira matéria d’O Globo citando a palavra “poluição” em alusão à baía, ela aparecia na imprensa como um cenário, geralmente idílico, mas não como sujeito. A reportagem “O peixe está desaparecendo: aterros, águas poluídas ou envenenadas contribuindo para que se desertem as águas da Guanabara – um técnico aponta providências imediatas para a solução do problema” (**Figura 11**) denunciava o desaparecimento de peixes na enseada de Inhaúma e um professor pedia providência para tratar os resíduos industriais e evitar novos aterros dos canais.

FIGURA 11

Primeira matéria que cita a poluição na Baía de Guanabara

## O Peixe Está Desaparecendo

Aterros, Águas Poluídas ou Envenenadas Contribuindo Para Que se Desertem as Águas da Guanabara — Um Técnico Aponta Providências Imediatas Para Solução do Problema

Muito se tem dito e suspirado com relação à pesca na baía de Guanabara e águas oceânicas adjacentes, sem que, apesar disso, se tentasse até agora qualquer das soluções julgadas mais ou menos viáveis para esse problema de tanto interesse para a cidade. Parece mesmo, a julgar pela falta de iniciativa, que não alcançaram ainda os poderes públicos a importância do problema ou a verdade: a extensão do suas consequências, que cada vez mais se agravam, privando a população de precioso manancial alimentício e, de subsistência, crescido número de pessoas que vivem da pesca ou de seu comércio. Nada disso, porém, tem desencorajado os estudiosos do assunto, como é o caso do professor de oceanografia, pesca e piscicultura, oficial da Marinha Antônio da Costa Pimentel, que, equacionando mais uma vez o problema, assim nos falou:

— Em futuro próximo o caracca só poderá consumir peixe congelado e procedente de pesqueiros situados além do Rio de Janeiro. Águas poluídas, envenenamentos e outras circunstâncias estão contribuindo para tão lamentável situação, levando numerosos pescadores profissionais ao desemprego e reduzindo mais uma fonte de alimentação pública.

### Águas Poluídas

— Sobre água poluída, já temos o exemplo da Lagoa Rodrigo de Freitas, que poderia ser um manancial de peixe fresco, a suprir todo o Distrito Federal. Mas acontece que, em águas poluídas, nada pode ser feito pela vida aquática útil à alimentação. Conhecendo perfeitamente todas as opiniões dos cientistas e técnicos sobre o caso e condições da Lagoa Rodrigo de Freitas, ainda considero viável o seu aproveitamento parcial, desde que seja obedecido um planejamento técnico e econômico adequado. Porém julgo de maior gravidade o caso da baía de Guanabara. Cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, mediante pesquisas, numa vasta zona da baía de Guanabara, determinaram as razões das poluições das águas, causas do desaparecimento da flora e fauna de importância capital para a pesca e sobretudo pelo lado social e econômico. A leitura recente da impressionante sêrie de trabalhos e observações a respeito da poluição das águas da enseada de Inhamitima e junto à ilha dos Pinheiros, no fundo da baía de Guanabara, pelos cientistas Dr. Leuzgens de Oliveira, Dra. Luiza Kraus e outros, por ocasião da nona reunião no Museu Nacional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, trouxe nitidas e inconfundíveis informações sobre esse mal que pode estender-se à maior superfície da baía de Guanabara.

### Vasto Cemitério

— Uma zona outrora rica, desovadouro de várias espécies bacteriológicas, é hoje um vasto cemitério onde só existem bactérias e lamas fétidas. Os estudos cientí-



Aqui vemos as zonas dos aterros, de poluições e envenenamentos, causa entre outras do desaparecimento do peixe e crustáceos, motivo também do desemprego de inúmeros pescadores profissionais da baía de Guanabara

utilizada pelos envenenamentos constantes, principalmente pelos resíduos do petróleo.

### Mais Agravantes

— O fechamento de determinados canais, entre ilhas ou entre estas e o Continente, tirou a circulação das correntes de maré, importante fator na disseminação da flora e fauna marinhas e de higienização das águas, pelo teor de cloro mais elevado que as águas do mar possuem, quando se verificam os enchentes da maré. Também os aterros do lado de Niterói, da praia de Botafogo, praia do Flamengo, enseada da Glória etc., tiraram aos peixes e crustáceos alguns campos de passagem e desova. Principalmente aos chamados peixes brancos ou de lama, que estão sempre em movimento ou valém constante, entrando ou saindo da baía. São peixes que vivem nas águas oceânicas do litoral, adjacentes da baía e também nos interiores dos rios.

### Providências Imediatas

— Isto posto, aconselhamos as seguintes providências imediatas: 1.º, evitar aterros dos canais naturais existentes, dragando-os até, se possível; 2.º, tra-

Fonte: Reprodução do Acervo Digital do Jornal O Globo, de 01/08/1957 (MISSE FILHO, 2020)

No final dos anos 1950 e durante os anos 1960, a baía convivia com o ideal de paraíso, onde era possível tomar banho e atravessar a nado em competições sem preocupação, e um incipiente combate à poluição. Misse avalia que naquele período já se denunciava a degradação de fauna e flora, porém os impactos sobre a saúde humana eram relativizados.

A forma como a Baía era pautada nos jornais se modificou no verão de 1970, com o aumento de casos de hepatite. A equipe d'O Globo encaminhou amostras de água de praias do Rio para análise em laboratório privado, gerando a reportagem "Metade das praias poluídas" (Figura 12). O tom era de denúncia, relacionando poluição e saúde. Entrevistas com banhistas, médicos e pescadores humanizaram a matéria. A partir daí, a poluição passou a ser

o tema central das narrativas. A mudança na pauta levou a uma questão: “o meio ambiente só é notícia quando guarda maior relação com a vida humana?” (MISSE FILHO, 2020, p. 48).

**FIGURA 12**  
**Primeira grande reportagem sobre poluição nas praias cariocas**



Fonte: Reprodução do Acervo Digital do Jornal O Globo, de 07/01/1970 (MISSE FILHO, 2020)

O acidente com o navio petroleiro iraquiano em 1975 também chamou atenção para a poluição química. A primeira série especial sobre a Baía de Guanabara em O Globo, “O S.O.S. da baía agonizante”, publicada em novembro de 1977, trouxe em sua abertura entrevistas com representantes de pescadores, reclamando do gosto de óleo e da escassez de peixe e camarão devido à “lama que tomou conta da baía” (O Globo, 07/11/1977). O presidente da Feperj se queixava da dificuldade de diálogo com autoridades públicas e a liderança da Colônia de Pesca de Ramos chamava os pescadores de heróis.

O período entre os anos 1970 e 1980 envolveu muitas intervenções urbanísticas impactando a baía, rechaçadas por técnicos e ambientalistas, que se organizaram em ações como a criação da APA de Guapi-Mirim. Eram tempos de ditadura militar e o jornal evitava “tomar partido”. As matérias sobre poluição na Baía de Guanabara traziam, então, um “porém”, um “apesar”, para mostrar que o ecossistema resistia à degradação.

Esse tipo de narrativa se manteve na década de 1990, a exemplo da reportagem “Mesmo poluída, baía sobrevive” (O Globo, 04/02/1990 - **Figura 13**), que tratou de assoreamento, mas destacou a melhoria na balneabilidade da praia do Flamengo e um plano de despoluição. As promessas do PDBG, cujas obras se iniciaram em 1995, levaram boa parte do noticiário sobre a baía a se referir ao programa, inclusive em tom crítico à sua condução.

**FIGURA 13**

**Reportagem de 1990 destacou a resistência ambiental apesar da poluição**



Fonte: Reprodução do Acervo Digital do Jornal O Globo, de 04/02/1990 (MISSE FILHO, 2020)

A decepção com o Programa de Despoluição esteve presente também em várias matérias a partir dos anos 2000, que começaram com o desastre causado por derramamento de óleo de um duto movimentando o noticiário. A foto emblemática de um mergulhão agonizando com óleo na Praia de Mauá, em Magé, feita por Domingos Peixoto (**Figura 14**), e o caso em si ficaram na memória tanto dos pescadores artesanais quanto da população fluminense em geral, sendo esporadicamente lembrada pela mídia.

**FIGURA 14**  
**Fotografia que rodou o mundo após o vazamento de 2000**



Fonte: Foto Domingos Peixoto - Acervo Digital do Jornal O Globo - 20/01/2000 (MISSE FILHO, 2020)

Questões como assoreamento e falta de saneamento básico marcaram as notícias no fim do período analisado por Misse, que destaca o tom de “resistência” das matérias, exibindo a luta da fauna contra a degradação ambiental da Baía de Guanabara. O espaço de fala dos pescadores artesanais, porém, costuma se resumir à questão da redução no volume de pesca.

Problemas que dia após dia reduzem o espaço para a atividade de pesca artesanal na Baía de Guanabara não costumam ser pautados no noticiário. Nas raras vezes em que se reportam questões envolvendo aterros na baía, pesca predatória, aumento do número de grandes embarcações na baía, geralmente falta um olhar direcionado ao conflito de território com as comunidades tradicionais de pescadores.

Alguns espaços de fala da pesca artesanal da Baía de Guanabara têm sido abertos na mídia por entidades representativas a partir de movimentos de denúncia. Um bom exemplo disso é a Patrulha da Pesca, projeto da Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (Ahomar), sediada em Magé, que apura e dá visibilidade a denúncias de crimes ambientais e sociais que ocorrem na baía.

Determinadas condicionantes de licenciamentos ambientais realizadas em outras comunidades de pesca artesanal também buscam incentivar o seu protagonismo na gestão de seu território, o que inclui a ocupação de espaços de formulação e fiscalização de políticas públicas além de espaços de fala. Por isso, projetos de Educação Ambiental Crítica, como o PEA-BG, procuram valorizar o senso de pertencimento das comunidades tradicionais com relação ao seu território e fomentar a reflexão sobre os conflitos vivenciados.

Os registros das atividades do PEA-BG trazem depoimentos emocionados de pescadores que amam o que fazem e lutam pela baía. “As pessoas falam que a Baía está morta e a gente que é pescador artesanal sabe que isso não é verdade, que a baía está viva, que a baía respira, que o fundo da Baía de Guanabara é um berçário lindo”, disse a pescadora Nazareth Simões, de Itambi (Itaboraí), filha e mãe de pescadores, durante um Encontro Temático sobre a importância da pesca artesanal na região, realizado em junho de 2021 (PEA-BG, 2021).

A pescadora Nazareth também é agente social do PEA-BG em sua comunidade, assim como vários outros pescadores que entrevistamos nesta pesquisa e que costumam ser os personagens principais dos materiais de comunicação do Projeto, a exemplo do vídeo educativo “Como é sua comunidade pesqueira?”, postado no *YouTube* em novembro de 2022, depois de exibido em atividades com os comunitários. Destacamos a seguir alguns desses depoimentos, apontando diversos conflitos vivenciados, que incluem sim a poluição, como se apresenta na mídia, mas também destacam a disputa desigual por espaço que eles enfrentam na Baía de Guanabara:

“Pior pra mim é a pesca predatória, que invade nosso fundo de baía, nosso santuário aqui e toma conta de tudo, acaba com tudo. E também muito lixo na Baía de Guanabara, no fundo de baía. Temos também o problema do esgoto a céu aberto, um valão que um dia foi um córrego” - Luís Carlos da Silva Parucker, agente social e pescador da comunidade Bancários, na Ilha do Governador (PEA-BG, 2022).

“Às vezes a gente tem a dificuldade de sair por causa da maré porque aqui está muito assoreado e as embarcações grandes ficam aqui, (isso) atrapalha também.” – Francisca Jucimaria Telis Pinto (Mara), ex-agente social e pescadora da comunidade da Ilha da Conceição, em Niterói (PEA-BG, 2022).

“A embarcação que tem está afastando os curraleiros para dentro do mangue e eu estou sem espaço para sair com minha embarcação. Também tem muito lixo que atrapalha a pesca. Esta semana tirei muito barco cheio de entulho, vem caixa de geladeira, carcaça de televisão, então o desmatamento também, que acaba com tudo.” - Carlos Alberto Soares de Souza (Bena), agente social e pescador da comunidade de Mauá, em Magé (PEA-BG, 2022).

Para além de uma imagem de esperança na Baía de Guanabara, as falas desses pescadores servem de combustível para a Educação Ambiental Crítica, que se busca fazer com as comunidades tradicionais no PEA-BG e em projetos similares com pescadores de outras localidades. Uma das missões destes projetos, para além de fortalecer a organização comunitária, deve ser a de contribuir com o que Boaventura de Sousa Santos chamava de “descolonizar a história”, estimulando sua reescrita a partir dos grupos oprimidos. Ao trabalharem com a valorização da identidade cultural e o senso de pertencimento das comunidades tradicionais, os educadores acabam por estimular um movimento de reescrita da história pela perspectiva dos grupos oprimidos.

O início dessa caminhada envolve a desconstrução da história contada pelo dominador, o estranhar / o deixar de se identificar com o que foi escrito pelo opressor, o

deixar de se reconhecer nas falas do colonizador. Essa primeira tarefa se relaciona com o que Boaventura identifica como “história das ausências”, que lida com o “apagamento” da bagagem de experiências sociais dos oprimidos. Enquanto a tarefa da reescrita histórica se liga ao que ele define como “história das emergências”, focada em “recuperar e voltar a imaginar tudo o que foi obrigado a sobreviver como ruína” (SANTOS, B., 2022, p. 25).

A história das emergências procede reconstruindo a totalidade dos corpos, as comunidades, os sustentos, as lutas, as resistências, os modos de saber e os modos de ser que a história dominante desfigurou, amputou, silenciou ou produziu como ausentes (SANTOS, B., 2022, p.39).

Entre os grupos que participam do PEA-BG está inclusive uma comunidade onde tive a oportunidade de acompanhar, como educadora em um projeto anterior, uma parte de seu processo de certificação como remanescente de quilombo, que envolveu um trabalho de resgate de memórias apagadas, esquecidas ou mesmo escondidas por uma camada de preconceitos elaborados ao longo do tempo. “Nossa história estava morta” e “nossas raízes estavam pregadas lá embaixo e agora estão indo pra cima” foram alguns dos depoimentos coletados na ocasião. A assimilação da cultura dominante era tão intensa que muitos negavam suas origens, mas com o trabalho de resgate da história, a certificação e todo um movimento de fortalecimento da cultura quilombola, por meio de eventos, capacitações, atividades escolares, entre outras ações, tal cenário tem se modificado.

Pode parecer uma contradição que essa reescrita aconteça a partir de projetos que são exigidos a empreendimentos que fazem parte do grupo de opressores, como veremos no próximo capítulo, mas é assim que tem funcionado.

## **2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL: CONTEXTO E LIMITES**

A história da ocupação da Baía de Guanabara é uma história de conflitos entre diferentes grupos sociais, que está associada ao controle dos recursos naturais. O uso intensivo destes recursos pode colocar em risco a qualidade de vida da população, por isso demanda a intervenção do poder público.

A Constituição Federal estabelece que cabe ao poder público ordenar as práticas de apropriação e uso dos recursos ambientais promovendo a gestão ambiental pública, que é entendida como

processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal. (QUINTAS, 2004, p.118)

Dentro da gestão ambiental, o Estado utiliza o licenciamento ambiental como um instrumento para autorizar a instalação e a operação de atividades e empreendimentos que se utilizam de recursos naturais e possam causar ou efetivamente causem impactos socioambientais. É o que diz a Resolução nº 237 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), assinada em 19 de dezembro de 1997:

Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. (CONAMA, 1997)

Enquanto o licenciamento é um processo administrativo, a licença é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental estabelece as condições, restrições e medidas de controle e monitoramento que deverão ser cumpridas pelo responsável pelo empreendimento ou atividade licenciada. A aprovação de licenças acontece por etapas (projeto/prévia, instalação, operação) e o órgão licenciador é definido pela localização e/ou tipo de atividade. No caso em questão das atividades de petróleo e gás realizadas no ambiente marinho, o Ibama é o órgão executor do licenciamento ambiental de competência da União (IBAMA, 2021).

Com base na resolução do Conama, o licenciamento ambiental estabelece critérios para definir se determinadas atividades econômicas que modificam o ambiente são ou não viáveis do ponto de vista socioambiental. Referência nacional em questões de gestão ambiental pública, o professor José Quintas (2006) avalia o licenciamento ambiental como uma ferramenta que o Poder Público utiliza para mediar conflitos entre comunidades que dependem dos recursos naturais para sua reprodução social e empreendedores que usam os recursos para obter lucro. Ele assinala a importância de reconhecer esse processo como parcial e assimétrico.

Com a legislação ambiental, o Estado legitima a apropriação privada dos recursos naturais, que são bens públicos, usando o desenvolvimento nacional como justificativa e propondo em troca que os empreendedores paguem pelos custos gerados pela poluição, compensando ou mitigando seus impactos. Esse princípio do poluidor-pagador predomina nas decisões relativas à concessão de licenças, como apontam as discussões e os exemplos apresentados na tese de doutorado de Mônica Serrão, especialista em educação ambiental, mestre e doutora em ecologia social, que foi analista ambiental do Ibama por 17 anos.

(...) raramente uma licença deixa de ser concedida com base no princípio da precaução, havendo uma tendência, no licenciamento ambiental praticado no país, de se conceder as licenças e estabelecer medidas para compensar e/ou mitigar os danos, com base na valoração dos aspectos ecológicos e sociais envolvidos. Há, portanto, uma clara sobreposição dos princípios econômicos sobre aqueles relacionados à precaução. (SERRÃO, 2012, p. 163)

A exploração de petróleo e gás no mar, por exemplo, é hoje considerada uma atividade econômica essencial no país, por isso mesmo dificilmente uma licença ambiental relacionada a ela deixaria de ser emitida. Porém problemas sérios como os causados pelo vazamento de óleo na Baía de Guanabara em 2000 levaram os órgãos ambientais a serem sim mais exigentes no licenciamento e a Petrobras, mais cautelosa, propondo e executando diversas medidas preventivas, de monitoramento e controle como condicionantes para seus empreendimentos.

É inevitável, no entanto, o impacto causado à pesca pelo aumento na circulação de embarcações de apoio da cadeia de petróleo e gás, das quais os barcos menores precisam manter distância. Para este tipo de efeito negativo, os projetos ou programas de educação ambiental (PEA) junto às populações mais vulneráveis e tradicionais têm sido geralmente inseridos como medidas mitigadoras.

Há diferentes vertentes na educação ambiental e as visões sobre o processo educativo têm mudado com o tempo. Desde 2005, a Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG) do Ibama vem propondo diretrizes para o desenvolvimento de PEAs que contribuam para a organização social dos grupos impactados. A Instrução Normativa do Ibama nº 2, de 27 de março de 2012, ao trazer as bases técnicas para elaboração dos PEAs no licenciamento ambiental federal, destaca que a educação ambiental deve envolver troca de saberes e produção de conhecimentos que gerem autonomia dos sujeitos participantes. A instrução considera que as populações podem contribuir para a redução ou a prevenção de danos ambientais se estiverem sensibilizadas, capacitadas e organizadas para tal (IBAMA, 2012).

Da mesma forma, a Nota Técnica nº 2/2018/COMAR/CGMAC/DILIC avalia que, dentre os diversos grupos afetados por empreendimentos em processo de licenciamento ambiental, os sujeitos prioritários das ações educativas devem ser aqueles mais vulneráveis do ponto de vista socioambiental, “indivíduos e grupos sociais historicamente excluídos dos processos decisórios que dizem respeito à gestão de seus territórios” (IBAMA, 2018).

Minha experiência em PEAs mostra que boa parte desses sujeitos prioritários, tanto pescadores quanto grupos de agricultores familiares, moradores de áreas rurais e de veraneio, comunidades tradicionais e/ou periféricas, julga tal tipo de medida mitigadora como insuficiente para o impacto causado em suas vidas. Em geral, se questiona a contradição de um empreendimento impactante e poluidor tratar de educação ambiental com quem até então estaria cuidando bem de seu ambiente e se cobram medidas imediatas, como indenizações em dinheiro, benefícios sociais e projetos de geração de trabalho e renda.

É o que vejo acontecer atualmente no Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-BG), onde atuo como comunicadora desde 2020. A impressão é que apenas

parte dos sujeitos prioritários percebe a importância do processo educativo para as transformações sociais e eles mesmos também reivindicam outros tipos de ações do empreendedor, que periodicamente ocorrem no formato de ações sociais, distribuição de benefícios e financiamento de projetos pela área de Responsabilidade Social da empresa.

Os materiais de comunicação do PEA-BG, seguindo as normas de divulgação previstas pela Instrução Normativa Nº 2 (IBAMA, 2012), deixam claro, assim como a equipe em suas falas junto aos comunitários, que o Projeto está baseado em uma exigência legal do licenciamento ambiental. Isso é feito para evitar que os participantes confundam com ações de responsabilidade social, o que na prática acaba acontecendo apesar dos cuidados dos educadores ambientais e comunicadores, como apontado em várias entrevistas.

Antes, porém, devo situar o leitor sobre como o PEA-BG se encaixa no processo de licenciamento ambiental de uma atividade relacionada à Baía de Guanabara.

## 2.1 O PEA-BG e a Educação Ambiental Crítica

O PEA-BG é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama, por conta dos empreendimentos da Petrobras na Bacia de Santos. Os impactos que se busca mitigar são aqueles causados às comunidades de pesca artesanal pelo aumento do tráfego de embarcações na Baía de Guanabara, que usam os portos do Rio e de Niterói como bases de apoio.

As atividades do PEA-BG atendem 19 comunidades, citadas na **Figura 15**, selecionadas a partir de critérios de um diagnóstico participativo, realizado entre 2014 e 2016. Esse diagnóstico identificou onde havia pesca artesanal impactada por empreendimentos de petróleo e gás e onde também, por questões de segurança, seria possível atuar com um projeto de educação ambiental.

Os pescadores participantes do diagnóstico apontaram que a categoria estava pouco organizada e não conseguia intervir em políticas públicas, sendo cada vez mais afetada por problemas como falta de saneamento básico, ausência de infraestrutura para a pesca, redução de áreas para sua atividade devido a conflitos não só com as empresas petrolíferas, mas com a pesca industrial e outros atores presentes na baía. Por isso, o órgão ambiental definiu que o PEA-BG atuaria com a Linha de Ação A, conforme a Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº01/10 (IBAMA, 2010), promovendo o fortalecimento da organização comunitária, a fim de que os grupos de atores da pesca artesanal participem de forma mais qualificada da gestão de seu território.

FIGURA 15

## Mapa e listagem das comunidades participantes do PEA-BG



Fonte: Material de comunicação do PEA-BG

O conteúdo das atividades formativas é planejado e atualizado constantemente pela equipe executora, de forma coordenada pela Petrobras e com o aval do órgão fiscalizador. Na Fase 2, esta equipe é composta por 24 pessoas contratadas pela consultoria socioambiental Print Comunicação, que venceu o processo licitatório e já tinha atuado na Fase 1. Metade dos educadores tem a função de agente social e integra as comunidades de pesca artesanal onde atua. Eles também compõem o público prioritário (pescadores, caranguejeiros e outros atores da cadeia da pesca artesanal) e são sujeitos da ação educativa.

Sujeitos sim porque a metodologia utilizada nas ações formativas do PEA-BG se baseia nos princípios da Educação Ambiental Crítica, emancipatória e transformadora.

Crítica na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização conformado pelo capitalismo, da relação sociedade-natureza e das relações sociais, que ele institui;

Transformadora porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso acredita na capacidade da humanidade construir um outro futuro a partir da construção de um outro presente e, assim, instituindo novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza e;

Emancipatória, por tomar como valor fundamental da prática educativa a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos, a superação das assimetrias e, conseqüentemente, a democratização da sociedade. (QUINTAS, 2009, p.64/65)

Quintas destaca que o Estado, ao tomar uma decisão no campo ambiental, na verdade define quem fica com os custos e quem fica com os benefícios da ação humana sobre o meio físico-natural (QUINTAS, 2006, p. 31). Para que esta avaliação seja menos injusta e mais transparente, é necessária a participação efetiva das comunidades afetadas, que costumam se sentir impotentes devido à assimetria de forças com empreendedores e à descrença no poder público para coibir agressões ambientais praticadas por agentes poderosos.

A ocupação desordenada do litoral, que resulta em destruição de dunas, aterramento de mangues, expulsão das comunidades, e privatização de praias, por exemplo, envolve grandes interesses de grupos econômicos e políticos e faz o indivíduo se sentir “pequeninho”, perante o poder dos atores sociais responsáveis pela degradação daquele ambiente. (QUINTAS, 2006, p.59-60)

Por isso, Quintas e outros educadores e comunicadores que convivem com esse ambiente conflituoso defendem os processos educativos nos quais os participantes possam adquirir conhecimento e desenvolver habilidades para intervir nas decisões que implicam a alteração do ambiente ou até ameaçam a sobrevivência da comunidade. A vertente crítica da educação ambiental pressupõe, em vez de uma recepção passiva de conteúdo informativo, uma atuação dialógica dos participantes, que explicita os conflitos ambientais e busque alternativas de transformação social construídas coletivamente.

Dentro dessa lógica, as atividades educativas do PEA-BG são geradas a partir das demandas identificadas junto aos sujeitos da ação. Além da organização comunitária, as ações procuram fortalecer o senso de pertencimento e produzir conhecimentos sobre direitos dos pescadores, licenciamento ambiental, possibilidades de projeto de geração de trabalho e renda, entre outros assuntos. Entre os temas já tratados nas ações formativas estão: documentação dos profissionais de pesca e das embarcações, seguro defeso, associativismo/cooperativismo, valorização da mulher na cadeia da pesca, participação em audiências públicas.

Na Fase 1, de 2019 ao início de 2022, a maioria das atividades foi adaptada para o formato remoto devido à pandemia de Covid-19. As redes sociais começaram a ser utilizadas pela comunicação do Projeto para tentar suprir a falta do contato presencial. Contudo, o ambiente era de intensa exclusão digital e foi difícil mobilizar as comunidades. A participação foi um pouco melhor em Magé e Itaboraí, onde havia mais organização comunitária e foi possível apoiar a reestruturação de algumas associações, que passaram a participar mais de espaços de debate de políticas públicas e de editais para seleção de projetos socioambientais.

Na Fase 2, de maio de 2022 a 2024, praticamente o período desta pesquisa de Mestrado, o PEA-BG tem aprofundado e ampliado as atividades formativas a partir da retomada de contatos e reuniões presenciais. Um dos principais focos é construir, com as comunidades de pescadores, agendas socioambientais locais contendo suas principais demandas, de forma priorizada e incluindo tanto projetos que podem ser administrados pelas organizações comunitárias quanto pautas para políticas públicas estruturais.

O caminho de se construir propostas coletivas de projetos socioambientais, envolvendo ou não geração de trabalho e renda, e de incidência política tem sido trilhado também por outros PEAs. É uma caminhada longa e difícil porque demanda, além de

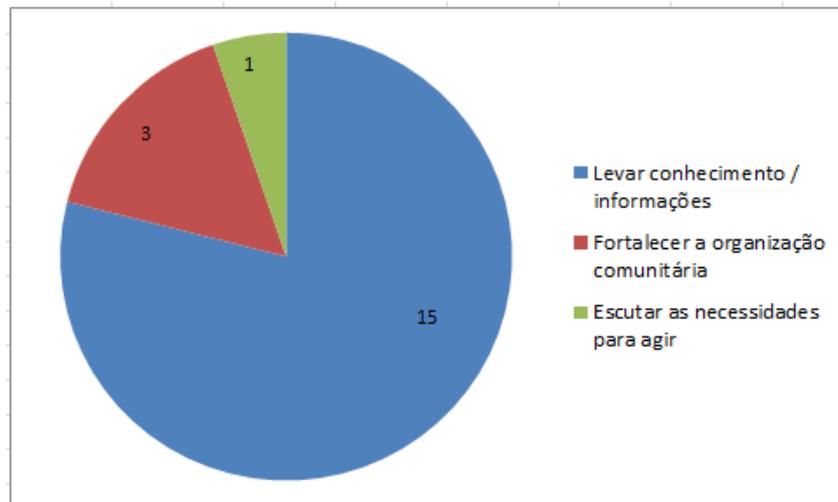
organização comunitária, habilidades técnicas e gerenciais, esbarrando ainda numa série de exigências e burocracias com as quais não é fácil lidar. Com as trocas de experiências junto a outros grupos de pescadores, os comunitários que participam do PEA-BG têm identificado os desafios dos projetos socioambientais e algumas associações começam a encará-los, mas se queixam que gostariam de um projeto compensatório, com benefícios mais imediatos.

## 2.2 Desafios e limites do PEA-BG na visão dos pescadores

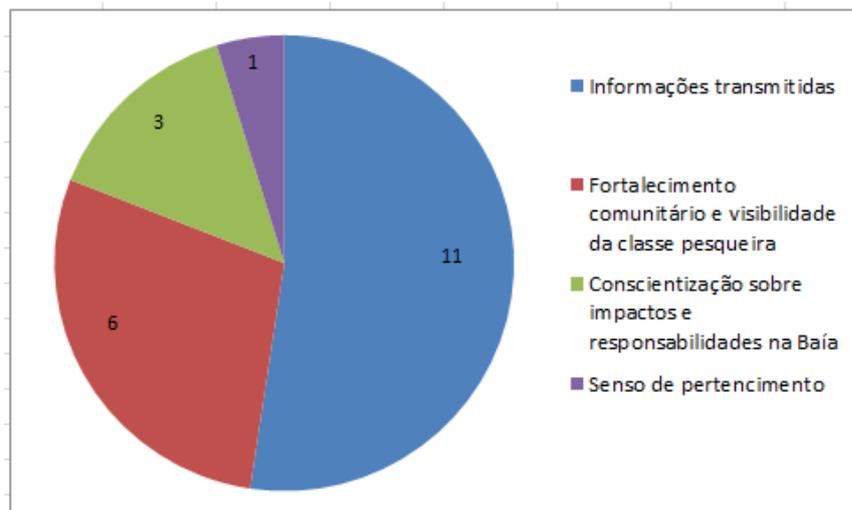
O fortalecimento da organização comunitária, que faz parte do principal objetivo do PEA-BG, envolve um processo de aprendizagem das comunidades sobre como funcionam as políticas públicas para que suas demandas sejam encaminhadas da maneira efetiva. A maioria dos comunitários entrevistados, que são pessoas com participação ativa nas atividades formativas, compreende que é objetivo do Projeto levar conhecimentos sobre direitos do pescador e orientar a solução de problemas, apoiando associações a se estruturarem para captar recursos ou qualificando-as para atuar em espaços de controle social. Alguns entrevistados destacaram que entendem ser um direito dos pescadores e uma obrigação da empresa transmitir essas informações. As outras respostas, que constam do **Gráfico 3**, remetem ao fortalecimento da organização comunitária em si e à escuta das demandas para agir de alguma forma sobre aquelas mais emergenciais, o que não foge ao previsto.

Todos os comunitários ouvidos analisaram que o trabalho realizado pelo PEA-BG é fundamental, seja pelas informações repassadas, seja pelo fortalecimento comunitário e a visibilidade da classe pesqueira. A sensibilização quanto aos impactos ambientais e às responsabilidades de diferentes instituições sobre problemas na Baía de Guanabara também foi citada, além do trabalho com o senso de pertencimento nas comunidades (**Gráfico 4**).

Apesar de sua importância, os atores da cadeia da pesca entrevistados consideram o PEA-BG insuficiente para mitigar o principal impacto da cadeia de petróleo e gás, que interfere na renda dos pescadores. Aqueles que atuam como agentes sociais citam a falta de benefícios imediatos como fonte de conflitos que enfrentam em suas comunidades, o que dificulta a mobilização e a participação nas atividades. As queixas sobre demora em ver resultados os levam a avaliar que as comunidades preferem projetos de compensação.

**GRÁFICO 3****Qual o principal objetivo do PEA-BG?**

Fonte: Respostas dos comunitários entrevistados nesta pesquisa

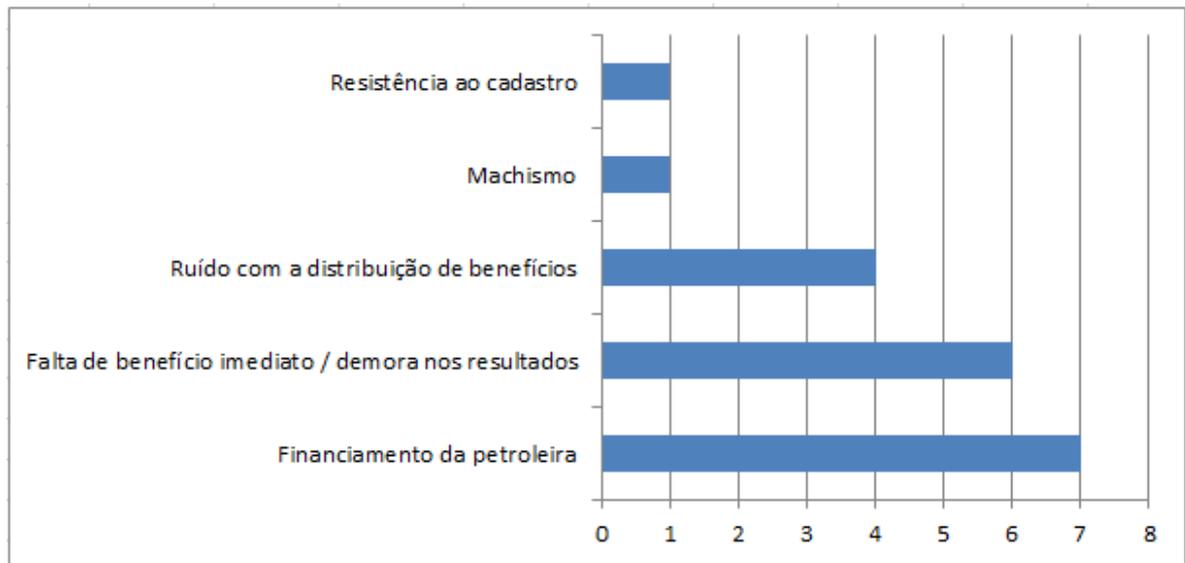
**GRÁFICO 4****Por que considera o PEA-BG importante?**

Fonte: Respostas dos comunitários entrevistados nesta pesquisa

O fato de o Projeto ser financiado pela petroleira é outra fonte de críticas e conflitos enfrentados pelos agentes em suas comunidades, como mostra o **Gráfico 5**, assim como o ruído de comunicação causado pela distribuição de benefícios sociais por outras frentes do empreendimento, como pontuaremos melhor no Capítulo 4. O machismo vivenciado por algumas agentes mulheres e a resistência de pescadores para responder a um cadastro socioeconômico que faz parte do trabalho dos agentes também foram citados.

## GRÁFICO 5

### Críticas ao Projeto e conflitos que agentes enfrentam nas comunidades



Fonte: Respostas dos agentes sociais entrevistados nesta pesquisa

Mesmo com os conflitos, os comunitários que responderam à pesquisa identificam que se transformaram pessoalmente a partir de sua participação no PEA-BG, seja pelo maior conhecimento, tornando-se inclusive lideranças/referências em suas comunidades, seja pela maior segurança ao falar em público. “A comunidade mudou um pouco porque agora tem entendimento de muitas coisas e ocupando os espaços que muitas vezes a gente não tinha a ciência e as condições de ocupar”, contou um entrevistado. “Aprendi que se a gente não se posiciona, perde oportunidades e não representa a comunidade”, pontuou uma liderança.

Entre as transformações percebidas (**Gráfico 6**), uma pessoa citou o fato de muitas mulheres se reconhecerem como pescadoras, o que não era comum nas comunidades, onde elas se viam mais como “ajudantes” dos seus companheiros, e destacou a importância do Teatro do Oprimido nesta transformação, uma metodologia que destacaremos adiante.

Até a comunicação entre comunitários e representantes da petroleira no território tem mudado, tornando-se menos violenta e mais estratégica. “A comunidade está dialogando mais e não apenas brigando”, analisou um comunitário. A Educação Ambiental Crítica pressupõe mesmo uma atuação dialógica dos participantes, que explicita conflitos e busque alternativas coletivas de transformação social.

Quando os agentes sociais foram questionados se, com a participação no PEA-BG, a visão deles sobre a indústria de petróleo e gás mudou (**Gráfico 7**), seis responderam que sua opinião sobre o licenciamento se tornou mais crítica e entendem que a organização comunitária permite um diálogo melhor com os atores envolvidos. “Se a gente tivesse

organizado, fortalecido, unido para lutar, muita coisa que aconteceu não teria acontecido”, comentou um entrevistado. Outros três agentes disseram que hoje compreendem que “nem tudo na Baía da Guanabara é culpa da Petrobras”, enquanto dois não perceberam mudança porque entendem que a petroleira se comunica com as comunidades pesqueiras por obrigação.

**GRÁFICO 6**

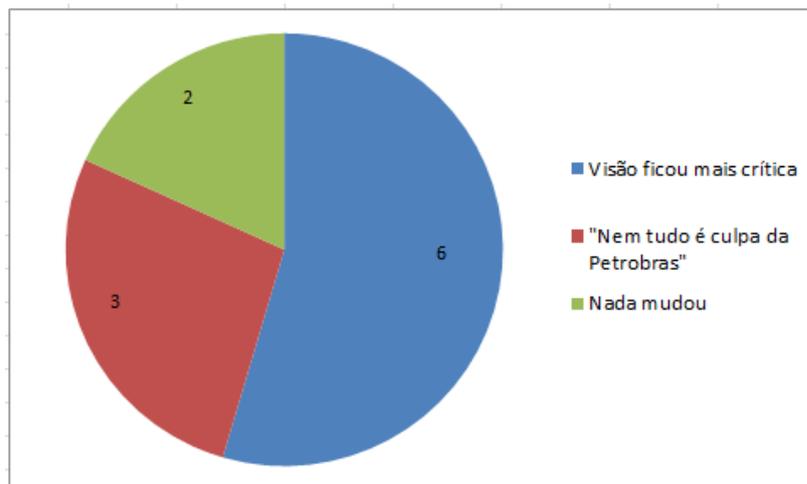
**O que mudou em você ou na comunidade com a participação no PEA-BG?**



Fonte: Respostas dos comunitários entrevistados nesta pesquisa

**GRÁFICO 7**

**Visão sobre indústria de petróleo e gás mudou com a participação no PEA-BG?**



Fonte: Respostas dos agentes sociais entrevistados nesta pesquisa

### 2.3 Desafios e limites do PEA-BG na visão dos técnicos

Os membros das equipes técnicas (executora, coordenadora e supervisora) que acompanham o PEA-BG têm uma compreensão sobre seus objetivos semelhante à visão dos comunitários. Para além do que está no plano de trabalho do Projeto, que envolve o fortalecimento político dos grupos mais impactados pela atividade licenciada, com conhecimentos que potencializem sua capacidade de incidir sobre os espaços de tomada de decisão referentes ao seu território, os entrevistados pontuaram como metas:

- Promover o conhecimento e a reflexão sobre as raízes das questões socioambientais vivenciadas;
- Olhar de forma crítica para o que acontece na Baía de Guanabara com a comunidade pesqueira, entendendo os conflitos e a principal consequência que é a queda na renda das pessoas, buscando uma saída coletiva;
- Facilitar o acesso a órgãos públicos e a informações sobre como as políticas públicas funcionam e como acessar recursos públicos e privados que possam levar à melhoria na sua qualidade de trabalho e de vida.

Por meio de atividades envolvendo a cartografia da ação social, que explico adiante, e a construção de agendas socioambientais locais, que vem ocorrendo na Fase 2 do PEA-BG, alguns resultados têm sido observados no sentido de identificar os conflitos e nomear os responsáveis pelos problemas na Baía de Guanabara, que vão além das petroleiras e incluem principalmente o poder público. Na primeira fase era difícil falar de conflito porque as comunidades estavam focadas no derramamento de óleo de 2000 e na Petrobras, não conseguindo avançar na direção de outras inúmeras questões existentes no maretório. “Em Magé, principalmente, caminhamos para escancarar os conflitos e nomear os responsáveis, o que mostra ser possível ter esse avanço no processo educativo”, comentou uma técnica.

E se não houve muita mudança na visão dos comunitários sobre a Petrobras, ao menos melhorou o diálogo entre comunidades que participam do PEA-BG e membros da equipe da petroleira que acompanham as atividades. Questões conflituosas, que antes eram tratadas na base dos protestos, hoje são mais dialogadas. “A gente cria um canal, cria uma conexão, um relacionamento com as pessoas”, disse outra técnica.

Se por um lado até a equipe do Ibama percebe que os comunitários realmente têm recebido informação, conhecimento, educação sobre direitos e cidadania, que contribuem para qualificar o debate público, endereçar as demandas para os órgãos responsáveis, por outro lado os técnicos ouvem críticas sobre a demora do processo educativo no sentido de mitigar o impacto principal, da queda na renda. Isso parte inclusive das premissas dos projetos de educação ambiental da Linha A do licenciamento de empreendimentos de petróleo e gás,

como é o PEA-BG, nos quais se prevê a necessidade de fortalecer a organização comunitária antes de começar qualquer projeto direto de geração de trabalho e renda. Esse processo de fortalecimento tende a ser custoso, demorado, complexo, gerando ainda uma descredibilidade com relação ao Projeto em si, até mesmo um cansaço por parte dos participantes, o que dificulta sua mobilização.

Assim como os comunitários ouvidos, parte dos técnicos entende que o Projeto é importante, porém não mitiga diretamente o impacto causado aos pescadores da Baía de Guanabara pela cadeia de petróleo e gás, o que demandaria projetos de geração de trabalho e renda. Essa mesma crítica é feita pelas lideranças durante as atividades do PEA-BG e foi bastante pontuada na audiência pública da Etapa 4 do Pré-Sal, em 9 de maio de 2023, em Niterói. Naquela ocasião, como observei pessoalmente, vários pescadores falaram ao microfone que as ações de educação ambiental foram fundamentais para que estivessem ali de forma organizada, no entanto era preciso ir além e atender o pescador com ações que visem complementar e aumentar sua renda, impactada pelos empreendimentos.

Os técnicos ouvidos entendem ser desafiante convencer os pescadores dos limites do PEA-BG e da importância do fortalecimento político e organizativo num ambiente onde direitos básicos são desrespeitados há tanto tempo, envolvendo diversos atores e fatores. A equipe do Ibama compreende que os projetos de educação ambiental de forma geral e especialmente na região da Baía de Guanabara chegam a territórios com políticas públicas precarizadas, por isso recebem um volume de demandas impossível de trabalhar, sendo parte do papel dos educadores alinhar as expectativas geradas, fazer mediações. Para o órgão, a mitigação ocorreria de forma indireta, a partir do fortalecimento organizativo das comunidades, para que em seu próprio “fazer político” incidam nos espaços de decisão.

Considerando esta e outras avaliações semelhantes, parece que o sucesso da mitigação depende, no caso, quase exclusivamente da vontade do sujeito da ação, ou seja, das comunidades de pesca, que devem aprender a usar o instrumental da cidadania apresentado pelos PEAs para lutar por seus direitos e conquistar projetos que aumentem sua renda. Fica a pergunta: seria isso justo?

O que pode se afirmar, por ora e no âmbito da reflexão a que me proponho nesta pesquisa como comunicadora dentro de um PEA, é que se trata de um cenário desafiador para os educadores, especialmente os agentes sociais, que fazem parte das comunidades, que acabam mediando conflitos e expectativas, como bem explica um dos técnicos: “Vejo o PEA como um mediador porque não pode fazer muita coisa, tem limites estando dentro de uma

petroleira e da lógica do licenciamento ambiental, mas consegue articular processos entre pescadores e o poder público ou o empreendimento.”

Os educadores e comunicadores que atuam em uma condicionante como o PEA-BG, além de outras das quais já participei, enfrentam muitas contradições entre as diferentes lógicas das comunidades, do processo educativo, do licenciamento ambiental e das empresas. Como aponta Mônica Serrão, o licenciamento materializa as disputas de interesses quando autoriza um empreendimento conforme a lógica de expansão do capital, ao mesmo tempo em que estabelece condicionantes relacionadas a processos educativos que dialoguem com as questões trazidas pela instalação e a operação do empreendimento. Ela questiona o que muitos educadores também se questionam:

Até que ponto um instrumento do Estado burguês, o qual é predominantemente particularista, pode atuar de forma universalista e ampliar o espaço da luta de classes, contribuindo para o fortalecimento das classes subalternas em situação de grande desvantagem nessa correlação de forças? (SERRÃO, 2012, p. 172)

No entendimento de Serrão, com o qual concordo, um dos maiores desafios para os educadores ambientais é garantir que os processos educativos sigam uma “lógica diferente da que preconiza o licenciamento, a qual tenta conferir ‘valor de troca’ a todos os aspectos da vida que ocorrem no território em questão” (SERRÃO, 2012, p. 246). Para isso é preciso explicitar os conflitos, a fim de que as desigualdades sejam superadas e não reforçadas.

Cabe a educadores ambientais e comunicadores, nesse tipo de projeto educativo não formal, o papel de estimular a reflexão nas comunidades sobre as problemáticas que elas vivenciam, atuando como facilitadores na produção de conhecimento que poderá fortalecer a ação coletiva desses grupos sociais impactados. Isso tudo sempre da forma dialógica, como preconizava Paulo Freire, e usando metodologias participativas e ferramentas de comunicação sobre as quais trato no próximo capítulo.

### **3 COMUNIDADES E INSTRUMENTOS DE DIÁLOGO**

“Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão de mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa” (FREIRE, 1987, p. 87). Esta frase de Paulo Freire referia-se ao educador popular, mas também pode ser utilizada para falar da função de quem atua com Educação Ambiental Crítica. Cabe a educadores ambientais e comunicadores, nesse tipo de projeto educativo não formal, o papel de estimular a reflexão nas comunidades sobre as problemáticas que elas vivenciam, atuando como facilitadores na produção de um conhecimento que poderá fortalecer a ação coletiva desses grupos sociais impactados. Isso

tudo sempre da forma dialógica, como preconizava Paulo Freire, e usando metodologias participativas e ferramentas de comunicação comunicador.

Freire (1983, p.45) também relacionava educação com comunicação: “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Neste mesmo sentido, a professora Cicilia Peruzzo destaca que comunicadores e profissionais de relações públicas precisam planejar suas atividades com as comunidades, que são importantes públicos das organizações, levando em conta conflitos, diferenças, expectativas, demandas e comportamentos de cada segmento, bem como suas perspectivas futuras. “A existência de associações comunitárias e outros movimentos populares organizados, por exemplo, aponta para a evidência de um segmento diferenciado de público que vai requerer ações, estratégias e metodologia de trabalho específicas” (PERUZZO, 1999, p. 53).

Neste capítulo, reflito sobre os principais instrumentos de comunicação e metodologias participativas em uso nas atividades do PEA-BG com os grupos de pescadores e pescadoras. A pergunta que me guia aqui é: as tecnologias de comunicação podem ser mesmo utilizadas a favor da transformação social? Estudioso do campo da comunicação para a mudança social, o professor Thomas Tufte também perguntava se a mídia e a comunicação poderiam ser facilitadoras e articuladoras na trajetória de uma comunidade que busca conduzir melhor seu próprio processo de desenvolvimento (TUFTE, 2017, p. 110).

### **3.1 O uso de ferramentas de comunicação tradicionais no PEA-BG**

As condicionantes ambientais que envolvem comunidades impactadas costumam utilizar a comunicação minimamente para: convidar as pessoas a participar de suas atividades; promover troca de informações e conhecimentos; publicizar as ações realizadas e os resultados alcançados. Com essas finalidades, até pouco tempo os planos de trabalho desse tipo de projeto previam a produção de materiais de comunicação como: convites e cartazes impressos para ações locais; faixas e outdoors em atividades com necessidade de alcance mais amplo; folders e boletins informativos.

Foi assim, inclusive, que a Fase 1 do PEA-BG começou. As atividades eram todas presenciais e a comunicação com os sujeitos prioritários bastante direta, com contatos mais frente a frente principalmente junto às lideranças formais e informais das comunidades. Com a pandemia de Covid-19, a partir de 2020, a comunicação digital, com o uso de redes sociais, entrou em campo. Era evidente o cenário de exclusão digital, envolvendo dificuldades de

acesso à internet e falta de hábito do uso de mídias sociais, no entanto era preciso enfrentá-lo para que o licenciamento seguisse adiante e o Projeto também.

Durante praticamente toda a Fase 1, as reuniões com as comunidades aconteceram nas plataformas virtuais. Já na Fase 2, os encontros online têm sido restritos a alguns casos pontuais. Grupos de *WhatsApp* e de *Facebook* foram formados para troca de informações com os comunitários, sendo neles divulgados até hoje *cards*, áudios e vídeos curtos relativos às atividades do PEA-BG e a outras informações de interesse, mantendo assim os sujeitos mobilizados. Em junho de 2022, já na segunda etapa, uma *fanpage* do *Facebook* e um perfil no *Instagram* foram criados para ampliar essa comunicação tanto com as comunidades quanto com os demais públicos, como órgãos governamentais, movimentos sociais e outros PEAs, aumentando-se também a produção de materiais para essas redes sociais. Já o canal de *YouTube* criado no início de 2021 para disponibilizar as reuniões gravadas com as comunidades e divulgar vídeos institucionais com resultados do Projeto, passou a hospedar também *podcasts* mensais, com temas de interesse das comunidades, e vídeos educativos, produzidos tanto para uso nas atividades nas comunidades quanto para as redes sociais.

No cadastro dos comunitários feito pela equipe, há perguntas sobre o acesso à internet e os hábitos de uso das redes sociais. No início de 2024, 87% dos cadastrados que responderam às perguntas sobre comunicação diziam acessar a internet por celular, sendo que 34% do total utilizavam exclusivamente dados móveis, o que geralmente limita a navegação. O levantamento indica que 83% dos cadastrados eram usuários do *WhatsApp*, enquanto 48% acessavam *Facebook*, apenas 26% o *Instagram* e 19% o *YouTube*.

Os números mostram o que se percebe na audiência dos canais: com exceção dos grupos no aplicativo de mensagens, alguns bem movimentados por trocas de informações relevantes, as redes sociais do PEA-BG têm pouco alcance entre os sujeitos prioritários. Seu conteúdo é mais consumido por educadores, representantes de órgãos públicos e projetos socioambientais, que também integram o público de interesse, documentando o Projeto, produzindo conhecimentos e gerando visibilidade à pesca artesanal na Baía de Guanabara, sendo este olhar externo para os pescadores fundamental para que eles sejam mais ouvidos.

Os conteúdos com mais engajamento são os que trazem falas (escritas, em áudio ou vídeo) de membros das comunidades de pesca, incluindo os agentes sociais, ou que mostrem sua participação no Projeto ou o dia a dia das comunidades. Sempre que possível, os pescadores que trabalham na equipe gravam convites para as atividades em áudio, dão depoimentos em vídeos e participam de encenações teatrais, como citaremos adiante. Os vídeos produzidos, seja para marcar uma data como o Dia Mundial da Água, seja para uso nas

atividades educativas, tratando de temas como as memórias da pesca artesanal na Baía de Guanabara ou o Turismo de Base Comunitária (TBC) que começa a ser desenvolvido pelas comunidades (registros de telas nas **figuras 16 e 17**), também retratam as falas, as tradições e o território/mareatório dos comunitários.

### FIGURAS 16 E 17

#### Registros de vídeos educativos sobre memórias da pesca e sobre TBC



Fonte: Canal do *YouTube* do PEA-BG

Oito atores da pesca entrevistados para a presente pesquisa destacaram a linguagem acessível da comunicação do PEA-BG: “A fala de vocês é a nossa fala, a fala do nosso dia a dia, é o que a gente pensa, o que a gente conversa” Um deles supôs que isso deva ocorrer por conta da experiência de trabalho com pescadores, o que pode (ou não) ter algum sentido, já que atuei outras vezes como comunicadora junto a grupos de pescadores.

Durante as entrevistas, também houve comentários positivos sobre o uso do formato de áudio, tanto nas mensagens pelo *WhatsApp* quanto no *podcast* mensal, devido à dificuldade de leitura de muitos comunitários. O uso de imagens das comunidades e de falas dos pescadores foram outros pontos considerados positivos. Segundo os entrevistados, os

pescadores “gostam de se ver”, “se sentem importantes” e acabam compartilhando e se engajando mais em postagens onde se reconhecem.

Ainda de acordo com os entrevistados eles são “muito localizados”, associam imagens que remetem às comunidades a assuntos que sejam de seu interesse. Este comentário inclusive veio acompanhado da sugestão de se mudar as imagens de alguns convites de atividades do Projeto, até então padronizados com uma mesma foto, para que os comunitários prestassem mais atenção ao material de divulgação, relacionando com suas localidades. Outra proposta dos comunitários ouvidos foi para que mais histórias das comunidades fossem contadas nos *podcasts* ou outros materiais de comunicação, com apoio de moradores/personagens locais, despertando assim o senso de pertencimento e o entendimento sobre as dificuldades de cada ponto da Baía de Guanabara.

Contudo, nada substitui as conversas presenciais com os agentes sociais nas comunidades, especialmente nos momentos informais, fora do horário de trabalho. Esses diálogos foram mencionados por oito diferentes comunitários como meio de mobilização mais eficiente. Não à toa existe uma expectativa entre as equipes de execução e supervisão do Projeto de se formar agentes de comunicação entre os comunitários, destacando-se, porém, a necessidade de desenvolver nesses comunicadores populares o que eles identificaram como uma maior “capacidade de mediação”, a fim de garantir uma comunicação assertiva sobre o licenciamento ambiental apesar dos conflitos vivenciados por eles no território.

De forma geral, analisando a recepção das comunidades aos produtos de comunicação do PEA-BG, tem sido possível observar o quanto é importante trabalhar a identidade da pesca e seu senso de pertencimento, tanto nas redes sociais quanto nas ações formativas, por meio das metodologias participativas, como pontuaremos na sequência. Os depoimentos e exemplos concretos sensibilizam os participantes a ouvirem o que a equipe do Projeto tem a dizer sobre várias temáticas. Os comunitários confiam mais no processo educativo quando ouvem de outros pescadores que alguma ação se concretizou a partir dali.

### **3.2 Metodologias participativas e comunicação não tradicional no PEA-BG**

Por melhor que seja feita, a comunicação tradicional não dá conta das questões comunitárias, que por sua natureza demandariam também uma comunicação de base comunitária, realizada por comunicadores populares. Toda comunicação feita com o objetivo da mudança social se relaciona, ou deveria se relacionar, à Pedagogia do Oprimido. Uma pedagogia construída “com” e não “para” os sujeitos, que faz das causas da opressão objetos

de reflexão dos oprimidos, de que resulta seu engajamento necessário na luta por sua liberação (FREIRE, 1987, p. 32). A Educação Ambiental Crítica, na qual se baseia o projeto em estudo, tem como fundamento esse tipo de pedagogia.

Paulo Freire defendia o diálogo crítico como meio para os oprimidos descobrirem o opressor e se engajarem na luta por sua libertação. Ele entendia que o antidiálogo verticalizado, tão comum aos slogans e comunicados do marketing corporativo, em nada liberta alguém, mas sim “domestica”, transforma oprimidos em massa de manobra. Por isso mesmo, as metodologias utilizadas em todo o processo educativo junto aos sujeitos prioritários do PEA-BG e de outros projetos que atuam com a Educação Ambiental Crítica precisam ser participativas, conforme orientam as políticas públicas do licenciamento.

Destaco neste capítulo duas metodologias participativas que têm tido sucesso nas atividades do PEA-BG, com resultados práticos e boa recepção das comunidades: a cartografia da ação social e o Teatro-Fórum, entre outras modalidades do Teatro do Oprimido. Por meio delas, vem sendo estabelecida uma troca de conhecimentos e informações que tem contribuído para transformações pessoais e locais.

A cartografia da ação social tem sido utilizada na construção das agendas socioambientais locais da pesca artesanal. Ao longo desses processos, as comunidades caracterizam o território onde vivem, apontam os problemas socioambientais, indicam propostas de soluções, priorizam suas demandas, identificam responsáveis e parceiros para, a partir daí, agir para resolver as questões socioambientais mais urgentes de seu território. No lugar de dados técnicos, porém, as comunidades produzem, com apoio dos técnicos do PEA-BG, mapas sociais, que apresentam o cotidiano da comunidade em imagens, ícones e outras formas de linguagem simples e acessíveis.

Nos mapas, as comunidades inserem espaços como manguezais, praias, casas, associações, áreas de pesca, pontos de vazamento de esgoto, locais onde são frequentes as manchas de óleo, conflitos relacionados à fiscalização, à pesca industrial, às petroleiras. Enfim, os comunitários vão inserindo, a cada encontro, uma camada de elementos importantes em seu território, para a partir daí refletir sobre os problemas e as soluções.

A cartografia da ação social (RIBEIRO. A.C.T. et al., 2002) é uma ferramenta qualitativa de fácil compreensão e representação do movimento da sociedade, das lutas, ações e de novos desejos das bases populares. Ela vem sendo aplicada junto a populações tradicionais como instrumento para se fazer valer os direitos desses grupos frente a grandes empreendimentos. “O trabalho que vem sendo feito com a cartografia é como ir a fundo na

Baía de Guanabara e trazer à tona todos os problemas e depois ter a consciência do que pode ser feito, quem se pode acionar”, resumiu um dos técnicos entrevistados.

Mais do que falar sobre problemas e conflitos, os comunitários conseguem ver a concretude do que está sendo dialogado, colocam na mesa, apontam, desenham (**Figura 18**). Frequentemente são ouvidas frases durante esse tipo de atividade como: “eu pescava aqui, agora é proibido; eu passava aqui, agora passa só navio imenso”. Uma técnica relatou o quanto é interessante observar os pescadores mostrando suas rotas no mapa e irem refletindo, estimulados pelos educadores, sobre a perda do maretório: “eles observam quem está ocupando aquele espaço junto com eles ou está fazendo com que não consigam mais ocupar um espaço que era deles, assim no mapa a gente consegue de fato olhar uma imagem do que é tudo isso.” Não é raro ver participantes dessas atividades se emocionando ao notar como suas vidas foram impactadas e despertando para a possibilidade de construir um diálogo para a solução do conflito.

### FIGURA 18

#### Registro de atividade com uso da cartografia da ação social



Fonte: Acervo do PEA-BG

Outra metodologia que mexe com os participantes é o Teatro-Fórum, além de outras modalidades e dinâmicas do Teatro do Oprimido (TO), criado pelo dramaturgo Augusto Boal. A curadora Helen Sarapeck, que tem sido uma grande parceira do PEA-BG, resumiu em artigo da Revista Metaxis um pouco da experiência com a equipe de educadores do Projeto, em especial os agentes sociais. Ela destacou que o TO tem a capacidade de “chacoalhar” as pessoas, estimulando-as a tomar uma atitude contra as injustiças sociais que sofrem e levando-as a transformações internas também, como perceber, por exemplo, o racismo sofrido

e, a partir daí, lutar. Se a arte promove mudanças, o TO seria um “agente de fissuras”, que abre espaço para transformações estruturais. “E qual o papel do educador e da educadora senão chacoalhar para provocar fissuras que gerem mudanças?” (SARAPECK, 2023, p. 126).

A equipe do PEA-BG vem tentando aprender e utilizar principalmente o Teatro-Fórum de alguma maneira em suas atividades junto às comunidades. Nesta modalidade, os atores encenam situações de conflitos reais e a plateia é convidada a debater as temáticas apresentadas e propor soluções. No caso do PEA-BG, geralmente são tratadas soluções para os conflitos vivenciados no maretório pelos pescadores. Os espectadores se tornam protagonistas, analisando e participando da cena, vendo-se assim informados para iniciar transformações sociais (BOAL, 1999, p.347).

Assim como Paulo Freire defende a troca de saberes entre alunos e professores, Boal argumenta que o verdadeiro teatro propicia um diálogo, não entre personagens, mas envolvendo plateia e atores. No Teatro do Oprimido (TO), interroga-se o espectador e dele se espera resposta. “A meta do TO é, através dos meios estéticos, descobrir e conhecer a sociedade em que vivemos e, sobretudo, transformá-la” (BOAL, 2009, p. 214).

Tufte avalia que o Teatro-Fórum permitiu a gerações de profissionais trabalhar com os processos de mudança social em nível local, em comunidades e, mais recentemente, em instituições. Por meio dessa ferramenta artística e de aprendizado, as pessoas conseguem apontar situações e dilemas no palco, convidando membros da plateia não só a sugerir soluções, mas a se pôr no seu lugar, mostrando como as questões podem ser resolvidas, empoderando os envolvidos (TUFTE, 2017, p.63).

Inicialmente o Teatro do Oprimido foi inserido como metodologia no PEA-BG em atividades de formação da equipe, composta por técnicos e por agentes que são integrantes da cadeia da pesca artesanal em suas comunidades. Em seguida, um grupo de mulheres de várias comunidades também começou a participar de formações no TO.

Questões como ocupação desordenada dos territórios, dificuldades para acesso a direitos, entre outras que inclusive não são específicas das comunidades de pesca, mas são muito presentes nelas, como o racismo e o machismo, foram tratadas nas cenas criadas pelos participantes. Os obstáculos e desafios vivenciados no processo de mobilização dos comunitários também foram muito presentes nas atividades com o Teatro-Fórum desenvolvidas junto à equipe.

A metodologia foi tão bem recebida internamente que a equipe se desafiou para entrar em cena nas comunidades. De acordo com o que o método preconiza, não há um roteiro com falas sistematizadas, sendo o diálogo construído naturalmente a partir de questões que fazem

parte do cotidiano dos pescadores que integram a equipe. Os argumentos centrais foram definidos em alguns ensaios, nos quais os “atores” também conseguiram diluir o “medo do palco” e ganhar confiança para se apresentar em público.

Nas primeiras ações com as comunidades em que houve uso do Teatro-Fórum, foram construídas duas cenas, nas quais agentes e técnicos se revezavam na encenação, dependendo das localidades. A música que costurava as cenas já tinha sido composta pelo grupo na formação de equipe no Teatro do Oprimido.

A primeira cena começava com a parte inicial da música, na qual se diz que o pescador “botou o barco na água, mas pegou pouco peixe”. Uma caranguejeira e um pescador entravam em cena conversando sobre problemas da categoria, como os entraves para obter registro de pesca, seguro-defeso, documentação de barco. Um agente social chegava em seguida convidando-os para uma atividade do PEA-BG, mas os pescadores se mostravam descrentes sobre a efetividade das ações. As cenas eram concluídas com a participação de um Curinga, personagem da metodologia do Teatro do Oprimido cujo papel é o de mediar a discussão da cena, questionando os presentes se realmente o Projeto não obteve nenhum efeito até então.

A segunda cena destacava as conquistas de algumas comunidades que participam do PEA-BG a partir do fortalecimento da organização e das entidades representativas. Cantava-se a parte final da música criada pela equipe, na qual se diz que “pra garantir o peixe tenho que me organizar”. Os personagens representavam lideranças da pesca artesanal dando exemplo de como as associações comunitárias têm obtido conquistas importantes.

Os questionamentos feitos pelo Curinga aos presentes envolviam algumas conquistas locais e/ou expectativas, a organização da comunidade naquele momento e aonde desejavam chegar. Era o momento da fala de todos, de se assumirem como coletivo e como protagonistas das histórias de suas comunidades, capazes de se organizar e buscar soluções para problemas e conflitos.

Dessa forma, vem se buscando atuar com o que Boal chamava de Estética do Oprimido, defendida por ele como uma forma de o povo se tornar protagonista de sua arte, produzindo obras que ajudem a refletir sobre sua realidade. Trata-se de uma cultura, uma fala, uma estética que não é encontrada nos produtos da indústria cultural, mas se mostra fundamental para a transformação social, como nos inspira o dramaturgo ao traçar um paralelo entre as culturas da Casa Grande e da Senzala:

Se, nas senzalas, só se ouvissem as falas da Casa Grande e os cantos da corte, as senzalas jamais seriam capazes de inventar Palmares. Na cultura da Casa Grande, a senzala serve e a casa é servida. Só na valorização da sua própria cultura a senzala

encontra sua forma de ser. A cultura da casa não serve à senzala porque tem valores senhoriais e formas senhoriais. Mesmo a chamada grande cultura milenar deve ser reinterpretado do ponto de vista de onde estamos, não de onde nos disseram que a cultura estava. (BOAL, 2009, p. 167).

### 3.3 Reflexões sobre o uso de instrumentos de comunicação no PEA-BG

A produção de materiais de comunicação que privilegiam depoimentos, imagens, histórias de pescadores; a cartografia da ação social envolvendo os sujeitos prioritários na construção do conhecimento crítico e emancipatório; o teatro como apoio na problematização e na reflexão dos atores da cadeia da pesca. Esses são os principais instrumentos de diálogo em desenvolvimento no PEA-BG sobre os quais busquei refletir.

São ferramentas que buscam uma participação com qualidade dos sujeitos prioritários, principal desafio para a educação e a comunicação praticadas nos projetos que integram políticas públicas do licenciamento ambiental, geralmente realizados em cenários de conflitos. São experiências que vêm sendo aprimoradas e compartilhadas entre educadores e comunicadores que, mesmo diante de adversidades, respondem afirmativamente à pergunta feita no início deste capítulo, pois entendem que podem utilizar as tecnologias de comunicação e outras metodologias participativas a favor da transformação social.

Na participação observante do PEA-BG, é possível notar o quanto é importante que as tecnologias de comunicação e metodologias participativas em um projeto como o PEA-BG, que trabalha a educação ambiental junto a comunidades tradicionais, estejam associadas à ecologia dos saberes, que se baseia no diálogo entre conhecimentos. É fundamental que os sujeitos da ação educativa se vejam nos materiais de comunicação. As imagens locais, suas falas, suas experiências afetam muito mais do que qualquer outro conteúdo informativo.

A empatia e a escuta atenta e ativa das vivências são cruciais para o comunicador socioambiental. Autores como Ailton Krenak (2019) defendem que a ecologia dos saberes deveria integrar nossa experiência cotidiana, inspirar nossas escolhas sobre o lugar onde queremos viver, as experiências como comunidade. Ele destaca a necessidade de vínculos com a memória ancestral, que sustenta a nossa identidade, para não enlouquecer num mundo em que a humanidade se distancia de seu lugar e as corporações nos incentivam a entender como bem-estar um determinado modelo de progresso que nos descola da terra.

Krenak inclui os caiçaras entre os poucos núcleos que ainda se importam com seu território, assim como indígenas, quilombolas e outros grupos que “ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou

na América Latina” (KRENAK, 2019, p. 12). São comunidades que fogem aos padrões promovidos pela globalização, aos padrões liberais, que demandam a emancipação dos indivíduos de vínculos sociais, familiares, tradicionais, territoriais. Como analisa a professora Raquel Paiva (2004), este cidadão “liberal” é antagônico ao “comunitário”, que valoriza a identidade, a origem, as raízes do passado, as relações sociais e familiares.

Essas comunidades que se importam com o “sentir comum”, que se orienta conforme seus ritos e costumes, de forma antagônica ao modelo global e individualista, são classificadas pela professora como “comunidades gerativas”, que se propõem “a agir em resposta ao atomismo social e à razão instrumental que definem a política centrada no mercado e no predomínio de um Estado gerencial e burocrático” (PAIVA, 2004). A proposta das comunidades gerativas é criar “afetos” capazes de levar esses grupos sociais a intervir definitivamente em sua realidade, exatamente como se objetiva no PEA-BG.

Esse caminho de resistência, que se relaciona com um projeto de vinculação identitária, na qual a comunicação do Projeto busca trabalhar na medida do possível, envolve uma preocupação com o território, a cultura e aspectos da vida social, como a cooperação e a solidariedade, que parecem sem sentido no modelo desenvolvimentista. E para essas comunidades gerativas, não funcionam modelos de comunicação “de cima para baixo”, não dialógicos, que tratem os comunitários como público, mas sim modelos de comunicação, assim como de educação, com a participação ativa dos sujeitos e de forma territorializada.

A comunicação territorializada tem tudo a ver com o senso de pertencimento, crucial na Baía de Guanabara, onde se percebe uma necessidade de os pescadores artesanais se sentirem realmente pertencentes a este marétopo e assim se manterem na luta por ele. O senso de pertencimento, do qual tanto se fala no PEA-BG, é fundamental na organização comunitária para manutenção do território, da cultura e do modo de vida tradicional, que tendem a se perder na ocupação desenvolvimentista da baía.

Um dos entrevistados defendeu, inclusive, a importância de um projeto de educação ambiental mesmo num cenário de desigualdades e conflitos exatamente para que o senso de pertencimento seja fomentado. “Quando uma pessoa passa a entender quem ela é, de onde veio, ela olha para o lugar dela com outros olhos, acaba amando aquele cantinho, o seu território, e vai zelar por ele”, comentou o pescador.

Como a escritora e ativista do feminismo negro Bell Hooks, acredito também que quando nos comprometemos com um lugar, compartilhamos a responsabilidade pelo que ali acontece. Por isso é tão importante o processo de valorização dos territórios e das comunidades e por isso me encho de esperança ao ouvir pescadoras e pescadores gritando que

“a Baía de Guanabara está viva!” Hooks dizia que o mundo capitalista imperialista faz parecer que não há valor na vida humana, na fauna e na flora, atacadas por algum tipo de indústria ou atividade econômica.

Estereotipar as comunidades como se fossem ignorantes também faria parte da construção de um entendimento de que não há nada na cultura daquele grupo social que mereça ser preservado, pois é do interesse do modelo de desenvolvimento globalizante apagar as histórias dos povos originários. É interessante para o capitalismo que todos acreditem que o mundo que importa é o mundo do consumo (HOOKS, 2022).

E fazem parte do processo de valorização do território e da comunidade que nele vive o contar e o recontar as histórias do lugar porque, afinal, “ouvir a mesma história faz com que nunca nos esqueçamos dela” (HOOKS, 2022, p. 22). Mas quem é que vai contar essa história? Entendo que para a educação ambiental e as tecnologias de comunicação conseguirem gerar uma transformação social de verdade, faz-se necessário envolver as comunidades não apenas nos espaços de controle social, como prega o PEA-BG, mas também na produção de sua própria comunicação com a sociedade.

Afinal, por mais participativa que tente ser, a comunicação realizada como parte de uma política pública, envolvendo empreendedor e fiscalizador, é uma comunicação institucionalizada. Os produtos divulgados publicamente, impressos ou nas redes sociais, carregam o nome do Projeto, das empresas e das instituições envolvidas, tendo inclusive várias limitações em seu discurso. E como um de nossos autores referenciais pergunta: “as organizações estão dispostas a se render às agendas quando se comunicam com ou em nome de seus participantes?” (TUFTE, 2017, p. 173).

Tufte observa que a maioria dos modelos de comunicação para o desenvolvimento deriva de uma comunicação institucionalizada, com a lógica do pensamento da organização, que tende a focar atenção no seu próprio impacto, desconsiderando questões mais profundas da mudança social. “Comunicação institucionalizada para o desenvolvimento se foca em metas pré-definidas que não contemplam os desfechos que não estavam explícitos no desenho ou nos indicadores estabelecidos da avaliação planejada.” (TUFTE, 2017, p.144)

A análise do autor é mais direcionada a organizações do terceiro setor, mas também pode valer para o nosso caso em que uma empresa está coordenando um PEA. Concordo com sua afirmação de que o foco central da comunicação para a mudança social está no

(...) empoderamento dos cidadãos por meio de seu envolvimento na identificação de problemas, no desenvolvimento de estratégias de solução e sua implementação. Esta é uma abordagem dialógica, de baixo para cima, para comunicação e desenvolvimento. (TUFTE, 2017, p.13)

Compartilho do mesmo ponto de vista de Tufte quando ele argumenta que hoje é indispensável uma “outra comunicação”, que valorize o ponto de vista do cidadão ou dos coletivos e sua necessidade de falar para articular suas aspirações. Mais que informar, a comunicação para o desenvolvimento, para a transformação social, envolve a uma prática comunicativa com os sujeitos, envolve o diálogo para a solução de problemas reais.

É importante estimular que a comunicação não seja mais feita “em nome de” ou “para os” cidadãos, meramente representativa, mas sim que seja realizada “com” os sujeitos ou mesmo “pelos” sujeitos. Este pode ser um próximo passo do PEA-BG, a partir da articulação de rede que se tem promovido entre as comunidades e da possibilidade de formação de um coletivo regional capaz de lidar com as diferenças e os conflitos entre os grupos, assumindo um discurso único e se apropriando de seu lugar de fala. Concordo com Castells (2013) quando ele defende que indivíduos conectados em rede são capazes de enfrentar o medo de seus opressores e transformar a raiva em motivação para a mudança social, agindo de forma coletiva e consciente na superação de problemas.

#### **4 QUE TIPO DE COMUNICAÇÃO FAZEMOS?**

Se a perspectiva de futuro para as comunidades de pesca artesanal que participam do PEA-BG pode envolver uma comunicação popular, a realidade hoje é que a comunicação do Projeto está longe disso e, na verdade, transita entre duas categorias. Ela tende a ser, primeiramente, uma comunicação de interesse público, para formação cidadã, até por ser parte de uma política pública. Por outro lado, também pode ser compreendida como uma comunicação institucional, pois traz a marca da petroleira em todos os conteúdos produzidos.

Neste último capítulo, trago o debate sobre que tipo de comunicação, afinal, fazemos no PEA-BG, os principais ruídos enfrentados em campo pelos comunicadores e os resultados alcançados até então.

##### **4.1 Comunicação institucional, pública ou popular?**

Quem observa o PEA-BG de fora, com o protagonismo dos pescadores que atuam como agentes sociais, mobilizando as comunidades, e com as várias participações de atores da cadeia da pesca em seus conteúdos audiovisuais, pode até entender inicialmente que a comunicação realizada no Projeto é uma comunicação popular. No entanto, ela ainda está

longe disso, pois não se trata de um processo comunicativo que tenha emergido da ação de movimentos ou organizações populares, não é um canal próprio desses grupos.

Para deixar tal condição bem clara, recorro novamente a Cicilia Peruzzo, que classifica a comunicação popular como instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seus anseios e compromissos na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa, expressando lutas populares, tendo um conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo, com o povo como protagonista, sendo assim um processo democrático e educativo (PERUZZO, 2006).

Os projetos de educação ambiental constituem-se como políticas públicas que emergem da luta popular. No entanto, eles são regidos por normativas construídas pelo órgão ambiental, o Ibama no presente caso, o que poderia levar à presunção de que sua comunicação poderia ser classificada também como pública. A comunicação pública é uma expressão que hoje tem múltiplos significados, mas um ponto comum de compreensão é que ela se refere “a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania” (BRANDÃO 2012, p. 9).

Por essa lógica, no PEA-BG deveria estar sendo feita uma comunicação pública, porque afinal estamos falando de cidadania, mas há um detalhe que acaba com essa teoria, que na verdade vai para além de um detalhe: a presença, em todos os canais de comunicação, da marca da empresa que impacta a comunidade e por isso financia o Projeto, além de coordená-lo diretamente. Para dar um exemplo de situação prática, é comum surgir, nas falas dos comunitários participantes, críticas sobre a petroleira, devido aos conflitos ligados à disputa de espaço no maretório, temática esta inclusive trabalhada junto às comunidades. Essas falas acabam não sendo inseridas nos produtos que vão para as redes sociais e outros canais de comunicação institucionais porque seriam vistas como palavras endossadas pelo empreendedor, o que poderia ser um discurso contraditório.

Considerado o contexto descrito, a comunicação no PEA-BG seria mais institucional do que pública. Historicamente a comunicação institucional se volta para as relações das empresas e instituições com seus públicos, com objetivos específicos e predeterminados conforme a filosofia da personalidade jurídica envolvida. Recentemente, porém, talvez por conta de todo o discurso sobre sustentabilidade adotado pelo mundo corporativo, há uma demanda por profissionais de comunicação institucional com uma finalidade de interação sociocultural com as comunidades. A mobilização social seria uma das funções do profissional de comunicação, como aponta Barros (2007), citando o filósofo e educador Bernardo Toro.

Diferente da propaganda, a mobilização social “exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações” (TORO, 2004, p.14). Na mobilização, vai-se além de fazer uma informação circular, o que se deseja é que a informação seja utilizada realmente pelas pessoas, para que elas formem suas próprias opiniões, compartilhem e se disponham a agir.

Alguns dos meios de comunicação utilizados para divulgar informações também podem ser utilizados na mobilização social, porém seu sucesso depende da construção de um propósito bem definido no imaginário da comunidade. O comunicador pode, neste caso, atuar como o que Toro, em sua Teoria da Mobilização Social, chama de “editor social”. Seu papel seria o de estruturar as mensagens para atingir o “reeditor social”, que atua junto da comunidade. O reeditor, no caso do PEA-BG, seriam os agentes sociais, porque eles também podem readequar as mensagens recebidas a fim de que tenham mais sentido para sua comunidade. Uma terceira figura da citada teoria é o do “produtor social”, que seria a instituição viabilizadora deste movimento, e exatamente neste ponto é que pode haver uma dificuldade e a mobilização social dentro de uma condicionante de licenciamento ambiental pode ser um modelo utópico, já que como o próprio Barros (2007) admite, no modelo de sociedade capitalista, o eixo central ou a função principal do comunicador ou relações públicas é a defesa do interesse institucional.

Tal cenário \_ de uma comunicação que poderia ser popular, ou pelo menos deveria ser pública, mas acaba sendo institucional \_ gera um desconforto para quem se comunica com as comunidades, especialmente os agentes sociais, que fazem parte delas. Ao mesmo tempo em que se deseja reclamar, desabafar, reivindicar direitos junto ao empreendedor, o educador / comunicador carrega sua marca no uniforme, então acaba representando a empresa. Um dos técnicos entrevistados defende que neste momento é preciso “entender o espaço que se ocupa” e buscar agir com “transparência, seriedade e afeto”.

O representante do órgão ambiental ouvido na pesquisa defende que os comunitários também sejam agentes de comunicação, mas que antes passem por um processo formativo a fim de que possam falar sobre o licenciamento de forma assertiva, sem se levar, nesta função específica, pelos conflitos e demandas históricas. É uma tipo de mediação bem difícil, que envolve um entendimento sobre legislação, limitações das políticas públicas e responsabilidade de cada instituição.

Todos os entrevistados das equipes de execução/supervisão entendem ser natural que os conflitos ganhem visibilidade no PEA-BG, até mesmo por ser fundamento da Educação Ambiental Crítica revelar conflitos existentes. Com as atividades formativas, a compreensão

sobre os diversos conflitos e atores presentes (ou ausentes) no maretório tem se ampliado e os questionamentos continuam, porém de forma diferenciada. Se antes uma reunião simplesmente não conseguia seguir com sua pauta porque as comunidades focavam na questão do derramamento de óleo de 2000 na Baía de Guanabara, hoje o tema aparece mas o debate e a atividade prosseguem. Como Martín-Barbero destaca em *Ofício de Cartógrafo*”, os dominados deixam de ser “cúmplices da dominação” quando encontram neles mesmos as “chaves de sua libertação” e, a partir desta mudança, o dominado questiona o dominador não pelo interesse na resposta em si, mas como uma “afirmação do direito de interrogar” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 112 e 71).

Um dos técnicos entrevistados da equipe da Petrobras pontuou que a comunicação no Projeto ajuda a entender o cerne dos problemas socioambientais e promove o diálogo, a análise crítica e a mobilização para a transformação desejada, utilizando-se de estratégias para engajar o público prioritário e fortalecer comunidades que estão marginalizadas. Para o futuro, ele acredita que as comunidades serão responsáveis pela comunicação nas redes sociais. “Não foi à toa que o *podcast* do Projeto foi batizado de Vozes da Guanabara, para a gente chegar nessas pessoas”, disse.

Os comunitários entrevistados disseram que hoje se sentem mais à vontade para falar de conflitos com a petroleira, inclusive quando há representantes dela nas atividades. Uma liderança pontua que até aproveita a disponibilidade que eles têm de ouvir, o que nem sempre acontecia quando se utilizava algum outro canal mais formal da empresa. Outro pescador ouvido entende que cobrar o empreendedor, por meio do diálogo aberto e da apresentação de cartas manifesto, por exemplo, faz parte da política pública da educação ambiental. “Ficar do lado de lá brigando, não adianta nada, mas a parceria, o diálogo, a conversa, facilitam”, argumentou.

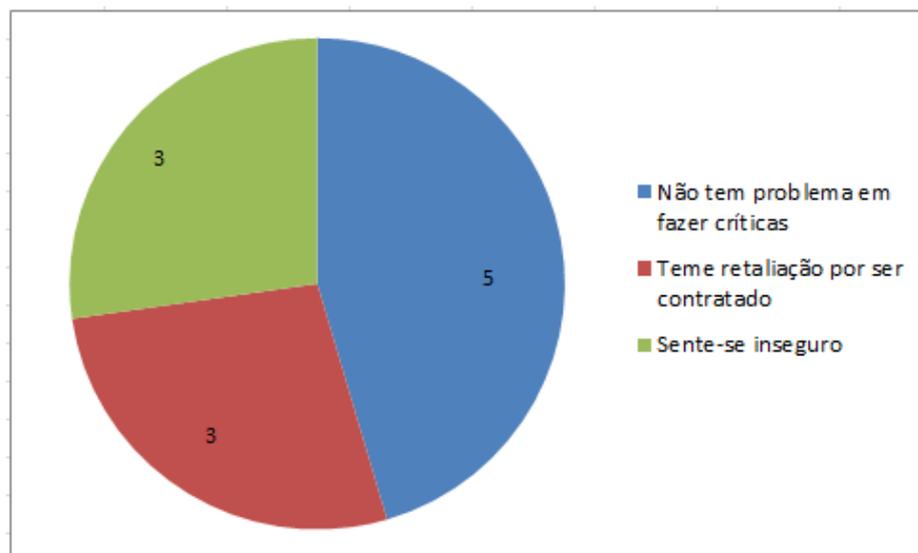
O diálogo não é um caminho fácil, em especial para quem está ocupando ao mesmo tempo o papel de comunitário e de integrante da equipe do PEA-BG, mas é o caminho que está disponível. Entre os agentes sociais entrevistados, cinco disseram não ter problemas em fazer críticas à petroleira porque se percebem como representantes das comunidades e se comunicam diretamente com a equipe da Petrobras nas atividades (**Gráfico 8**). “O impacto que a gente sofre das petroleiras é muito grande, não dá para deixar esse sentimento guardado não”, disse um deles. No entanto, três agentes disseram temer retaliação por serem contratados e outros três sentem-se inseguros, “medindo as palavras” com receio de falar algo que não deveriam ou que poderia atrapalhar a atividade educativa em andamento, ficando sujeito a receber críticas do empreendedor.

Por outro lado, a relação de trabalho com uma empresa terceirizada, tendo a marca da petroleira não só nos materiais de comunicação distribuídos e nas redes sociais mas também no uniforme, faz com que frequentemente os agentes sejam recebidos com descrença na comunidade. Eles são acusados de “defender o patrão”, ficar do lado do empreendedor por causa do emprego, como exemplificado nesta fala: “Escuto gracinha assim: ah, tá com a Petrobras na camisa, seu salário é garantido, o nosso não. Mas quando vou falar com o pescador, eu falo que a Petrobras é obrigada a fazer isso, não faz porque quer, então temos que aproveitar porque é um direito nosso.”

Segundo os agentes que também ocupam posição de lideranças, as críticas tendem a diminuir quando os comunitários percebem avanços em suas comunidades: “No comezinho, eu ouvia muito o que os outros agentes ouviam: ah, mas você está trabalhando, está ganhando! E depois que a gente começou a movimentar a associação, a dar um pouco de resultado para a comunidade, isso acabou.”

### GRÁFICO 8

#### Fica à vontade para criticar e expor conflitos com a cadeia de petróleo e gás?



Fonte: Respostas dos agentes sociais entrevistados nesta pesquisa

Mesmo os comunitários que hoje percebem alguns avanços na organização comunitária a partir da participação no PEA-BG entendem que é difícil desvincular o Projeto da imagem da petroleira. Uma liderança conta que ela mesma já evitou falar com integrantes de equipes de projeto de educação ambiental da Petrobras ou buscou aproveitar a oportunidade para falar de passivos históricos da empresa com os pescadores. Com o tempo, o diálogo, as atividades, ela compreendeu que era uma exigência do órgão ambiental e que seria possível obter conhecimentos que contribuiriam para fortalecer sua associação e sua

comunidade, porém continua entendendo aquele que “olha pra você e diz: você é a Petrobras e de certa forma você é porque eles que bancam tudo.”

#### **4.2 Ruídos que afetam a comunicação do Projeto em campo**

Para além do PEA, as comunidades da Baía de Guanabara já tiveram e continuam tendo acesso a outros projetos e ações da Petrobras, mas os mesmos não estão associados ao licenciamento ambiental e à Educação Ambiental Crítica. Tratam-se, na verdade, de atividades promovidas pela área de Responsabilidade Social da empresa.

De um lado, estão os projetos financiados por meio de editais públicos, como o Projeto Uçá, que gera uma renda alternativa para caranguejeiros durante o período de defeso do caranguejo-uçá, quando eles são mobilizados para recolher resíduos sólidos que se acumulam nos manguezais e replantar mudas de mangue. Em 10 anos, mais de 35 toneladas de lixo foram recolhidas na APA de Guapi-Mirim e mais de 180 mil metros quadrados de florestas de mangue, restauradas pelo replantio de mudas (PETROBRAS, 2022).

De outro lado, há ações sociais voluntárias realizadas de forma esporádica e pontual, a exemplo da distribuição de Vale Gás e cestas básicas, que aconteceu durante o enfrentamento da pandemia de Covid-19. Entre 2021 e 2022, a iniciativa de doação de gás de cozinha da Petrobras beneficiou aproximadamente 600 mil famílias em diversos municípios de todos os estados brasileiros, com o apoio de 85 instituições parceiras (PETROBRAS, 2023).

Não se pode negar que as ações voluntárias são muito importantes num cenário de extrema vulnerabilidade social, porém elas costumam gerar ruídos de comunicação nas comunidades, acirrar conflitos e reforçar as políticas assistencialistas. Em várias atividades do PEA-BG, foi possível observar comunitários associando as doações de gás de cozinha e cestas básicas ao Projeto, apesar de a equipe sempre reforçar que não havia essa relação. Dessa forma, quando as doações se encerraram, houve muita insatisfação, dificultando a mobilização e reduzindo a participação dos pescadores nas atividades formativas.

Durante o período em que persistiu tal situação de ruídos gerados pelo fim da ação assistencial, os agentes sentiam-se pressionados. “Teve uma vez que botamos quase 80 pessoas no caderno (de mobilização) e foram só três pessoas (à atividade), fui guardando aquele negócio no coração, ficando triste, aborrecido”, comentou um agente em sua entrevista para esta pesquisa. Outra agente complementou ao ser ouvida sobre o mesmo tema: “É muito ruim, parece que eu não estou fazendo meu trabalho”.

Pelo lado da comunidade, mesmo quem entende a diferença entre os projetos de Educação Ambiental e de Responsabilidade Social, imagina que é difícil para as pessoas diferenciarem o papel de quem atua em uma ou outra atividade, pois para o cidadão comum todos estão ali representando a mesma empresa, sendo pagos direta ou indiretamente pela petroleira. “Quando você está em casa desempregado, com o filho passando necessidade, e vem uma pessoa que trabalha em uma coisa grande, que recebe o seu salário todo mês, você se sente um pouco revoltado. A cesta básica é necessária porque a desigualdade existe”, disse uma comunitária entrevistada.

De certa maneira, as políticas de Responsabilidade Social atendem pontualmente as comunidades e fazem parte das estratégias corporativas para criar ou manter uma boa reputação junto à sociedade, garantindo assim a reprodução do sistema capitalista. Elas se baseiam numa “pedagogia do consenso” que tende a colocar em segundo plano o caráter processual, coletivo e participativo da educação dialógica (LOUREIRO, 2004, p. 9). Portanto seguem na contramão da educação ambiental, tentando apaziguar conflitos históricos em vez de encará-los.

A jornalista e pesquisadora Rosane Serro busca, em sua dissertação de Mestrado, verificar até que ponto as ações de Responsabilidade Social da Petrobras nas comunidades da área de influência dos empreendimentos equilibravam conflitos (SERRO, 2009). Seus objetos de estudo foram duas comunidades do Sul na Bahia, numa área de exploração de gás natural com cenário similar ao da Baía de Guanabara, com pesca afetada por destruição de manguezais, atividades predatórias, infraestrutura precária, falta de saneamento básico, problemas com órgãos fiscalizadores, deficiências na política de seguro defeso, além de falta de organização comunitária para cobrar políticas públicas relacionadas a esse cenário.

Serro avalia que o discurso da Responsabilidade Social nos documentos da consultoria apresenta uma Petrobras quase missionária, transformadora, como se as comunidades dependessem da “iluminação superior de um agente econômico dominante” para formar uma consciência cidadã. Tal imagem já foi questionada por diversas comunidades, o que leva o PEA-BG, que não é uma ação de Responsabilidade Social, a ter um discurso diferente, que é o de “contribuir para o fortalecimento das organizações”, sem pôr em dúvida a existência de organização das comunidades e estimulando a sua autonomia, as articulações entre associações e a formação de redes.

Outro ponto tratado pela pesquisadora é a realização do contato comunitário por consultorias e não diretamente pela Petrobras, o que por vezes gera uma percepção negativa das comunidades ao considerarem que a empresa poderia não saber lidar com as questões

sociais. No caso baiano, os moradores sentiam que não havia um canal aberto de comunicação, com um interlocutor fixo, o que na visão deles permitiria a construção de um relacionamento de parceria. Já na Baía de Guanabara, tem sido um pouco diferente com o PEA-BG porque as ações geralmente são acompanhadas por algum fiscal da empresa, possibilitando um contato direto, mas de qualquer forma a relação mais frequente, no dia a dia, se dá com a consultoria contratada.

Serro também destaca uma situação em que uma representante da Petrobras participa de uma atividade e cobra que os comunitários assumam responsabilidades e parem de se queixar. As queixas, porém, são comuns e se relacionam com a situação de conflitos históricos, o que demandaria mais empatia para evitar um desgaste ainda maior da imagem institucional. Por outro lado, uma gerente entrevistada por Serro considerava que as dificuldades de comunicação se deviam a discursos equivocados das contratadas para fazer o diagnóstico socioeconômico das comunidades, porque mapeariam lideranças como vítimas e a Petrobras como algoz. A contratação de consultorias para diagnósticos durante a implantação dos empreendimentos é exigida pelo órgão ambiental, mas a representante da empresa entendia que, como as consultorias “não seguiam o mesmo compromisso corporativo de responsabilidade social da Petrobras, o relacionamento com as comunidades sofreu distorções” (SERRO, 2009, p. 60).

Durante as entrevistas e na observação participativa em atividades do PEA-BG, não cheguei a notar nenhuma crítica direta sobre uma possível “falta de compromisso corporativo” dos educadores, nem me pareceu que isso seria algo cobrado diretamente dos contratados pela consultoria. Os educadores, tanto os agentes quanto os técnicos, buscam escutar os comunitários e até expõem suas opiniões sobre a petroleira em momentos como a audiência pública da Etapa 4 do Pré-Sal, em Niterói, em maio de 2023. O que há, sim, é um cuidado por parte da equipe com as palavras e as atitudes para evitar que os conflitos e os passivos históricos acabem dificultando o andamento das atividades de educação ambiental.

Talvez até pelo fato de metade da equipe ser formada por integrantes das comunidades pesqueiras seja difícil cobrar um discurso corporativo, já que eles também são impactados pelos empreendimentos aos quais o Projeto está ligado. Como comentou uma analista durante uma formação dos educadores, “a educação ambiental crítica é emancipatória, não dá para controlar o que as comunidades vão fazer com a informação que recebem, com a autonomia que conquistam”.

A lógica da Educação Ambiental Crítica, com a qual o Projeto precisa trabalhar, seguindo as normativas do Ibama, é muito diferente da lógica do consenso, representada em

geral pelas ações de Responsabilidade Social. Apesar dos representantes da empresa terem ciência de que os conflitos irão aparecer, ainda é possível notar em alguns momentos que há uma tentativa de busca pelo consenso. Afinal, como Quintas disse em entrevista feita em 2011 por Serrão para a elaboração de sua tese: “a racionalidade da empresa não permite que você faça uma educação ambiental crítica que fale mal do empreendimento da empresa” (QUINTAS, 2011, apud SERRÃO, 2012, p. 209)

Outros educadores que já passaram por projetos junto a comunidades de pescadores na área de petróleo e gás, como Lara Martins, que tem atuado na Bacia de Campos e também esteve no PEA-BG, observam a dissonância entre as visões de mundo empresarial e comunitária. Concordo com ela e outros colegas que o discurso desenvolvimentista tende a considerar os territórios das comunidades tradicionais como espaços que precisam contribuir para o desenvolvimento por meio dos recursos naturais, desprezando a história, a cultura e o modo de vida dessas populações.

“Enquanto para os empresários, a natureza é um recurso econômico distanciado das relações culturais, para as pescadoras e os pescadores artesanais, a natureza não é apenas o espaço a partir do qual eles extraem sua renda, mas também o espaço que lhes permite exercer o seu modo de vida” (VARANDA, MARTINS e VIEIRA, 2020, p. 90)

O educador ou o comunicador dentro de um projeto como o PEA-BG está sempre lidando com dois lados (as comunidades e a corporação) com visões muito distintas, que envolvem contradições como essas elencadas a seguir, que foram pontuadas pela equipe durante uma formação realizada no ano de 2023:

- Ritmo da natureza x Ritmo empresarial;
- Sistema familiar x Hierarquia;
- Necessidades imediatas, urgentes x Resultados planejados para o longo prazo;
- Aprendizado por trocas e vivências x Teorias, falas técnicas, institucionalizadas.

Essa diferença de visões de mundo é uma situação com a qual quem está se comunicando diretamente com as comunidades, seja nas atividades educativas, seja pelos produtos de comunicação, deve aprender a lidar para evitar ou pelo menos reduzir os ruídos.

#### **4.3 Resultados alcançados até o momento**

Mesmo com as diferentes visões de mundo e os ruídos citados, além de todas as outras dificuldades envolvidas em um projeto que lida com comunidades vulneráveis num cenário cheio de conflitos e passivos históricos, o PEA-BG vem contribuindo para o alcance de resultados positivos pelas comunidades, de acordo com a opinião dos entrevistados para esta

pesquisa e com o que tenho observado. Entidades representativas da pesca artesanal que participam do Projeto têm conseguido se estruturar, conquistar projetos por meio de editais, dialogar com diferentes órgãos públicos, acessar espaços de controle social, como Conselhos, para inserir as pautas da pesca artesanal nas políticas públicas.

Um bom exemplo de fortalecimento da organização comunitária tem ocorrido em Magé. A pesca artesanal, apesar de muito potente naquela cidade, era praticamente invisível aos olhos do poder público municipal. As lideranças das associações locais perceberam que, mesmo com as diferenças entre as comunidades, poderiam se articular para buscar mais visibilidade junto ao município e encaminhar suas demandas por meio da incidência política. “Eles se propuseram a dialogar e convocar a nossa equipe para estar junto nessa decisão, vejo isso como um resultado principal que a gente tem até como combustível para outras comunidades”, comemorou uma das técnicas entrevistadas. Uma carta manifesto apontando as necessidades da pesca artesanal em Magé foi construída coletivamente durante as atividades do PEA-BG e o governo municipal respondeu com a possibilidade de criação de uma coordenadoria com representantes da pesca dentro da Secretaria de Agricultura.

A equipe percebe que mesmo havendo uma participação relativamente pequena em termos quantitativos, a qualidade dessa participação tem feito a diferença. “Ver a construção dos mapas (cartografia social utilizada na elaboração das Agendas Socioambientais), ouvir os debates sobre os conflitos, ver a galera que ficava calada nas nossas reuniões agora conversando, debatendo, discordando, chegando a um ponto juntos, refletindo sobre o que acontece no território na Baía de Guanabara, é resultado”, avaliou uma técnica entrevistada.

Chama a atenção, na participação observante e nas entrevistas, o processo pelo qual passa a comunidade de Suruí, em Magé. Os pescadores de lá vêm de uma história de luta com a Petrobras, incluindo diversos protestos, como uma vez em que chegaram a paralisar obras da instalação de dutos no Rio Suruí. No PEA-BG, sempre participaram das atividades, mesmo aquelas virtuais durante a Fase 1, porém mantendo um posicionamento crítico. “Às vezes a gente não conseguia conversar, se estressava e não chegava a lugar nenhum, mas na conversa, nos espaços formativos do PEA, eles conseguiram ver possibilidades de transformar aquela energia que tinham para brigar de uma forma que hoje estão podendo ver mais resultados”, analisou uma técnica. O conflito entre essa comunidade e a petroleira não deixou de existir, mas os comunitários foram percebendo que sua luta poderia ser mais estratégica, envolvendo uma comunicação não violenta e mais planejada. Tanto que, apesar de todo o embate com a empresa, Suruí é a localidade onde o PEA-BG avançou mais até o momento, chegando a estruturar um pré-projeto de Turismo de Base Comunitária.

Com exceção desse e de outro pré-projeto na comunidade de Itambi, que caminha a passos ainda mais lentos, a mitigação de impactos no sentido da geração de renda para as comunidades de pesca artesanal na Baía de Guanabara não avançou. No entanto, os atores da pesca entrevistados, mesmo os que não integram a equipe do PEA-BG, entendem que o Projeto tem dado resultados com relação à troca de conhecimentos que contribuem para o fortalecimento da organização comunitária.

Vale registrar ainda como resultado direto ou indireto do Projeto e de outras ações de educação ambiental no território algo que se observa na prática, que é a visibilidade da pesca artesanal na Baía de Guanabara. Os próprios materiais de comunicação do PEA-BG e de outros programas na região contribuem para que os pescadores, sua cultura e seus problemas estejam mais visíveis. No entanto, o movimento mais importante é feito pelos próprios pescadores e suas entidades representativas, que vão se tornando mais presentes nas redes sociais, passando a ser ouvidas em reportagens na mídia tradicional, ocupando espaço nos eventos e outros locais de debates sobre políticas públicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desta pesquisa, tive a oportunidade de refletir sobre os desafios que envolvem o meu trabalho e o de outras pessoas que se comunicam com as comunidades de pesca artesanal participantes do PEA-BG. Mesmo não sendo pescadora, fico inquieta ao me questionar se a comunicação que faço, dentro de uma política pública e coordenada por uma corporação, contribui de alguma forma para a resistência e a reexistência desses grupos tradicionais na Baía de Guanabara. Posso imaginar, então, a angústia sofrida pelos comunitários que trabalham no Projeto.

Com o passar do tempo e das atividades, temos observado várias participantes compreendendo melhor como acessar seus direitos, galgando espaços de controle social, valorizando a organização comunitária enquanto ferramenta de luta para manter seu trabalho e seu modo de vida no território. Apesar de todas as dificuldades que enfrentam por conta do processo histórico de ocupação da Baía de Guanabara, são famílias e grupos que se importam com o “sentir comum”, são comunidades gerativas, que demandam uma comunicação territorializada, dialógica e com participação ativa.

São comunidades tradicionais que sofreram muitos impactos em seu modo de vida e de trabalho, como pontuado no primeiro capítulo dessa dissertação, sendo tal situação praticamente invisível até pouco tempo aos olhos da sociedade, apesar da presença frequente

da Baía de Guanabara na mídia. Não é à toa que um dos eixos do PEA-BG envolve a relação entre identidade e território, estimulando uma reescrita da história desses grupos oprimidos, que foi quase apagada pelos opressores.

Pode parecer estranho que um movimento de reescrita da história tenha alguma possibilidade de ocorrer no contexto do licenciamento ambiental, que se trata de uma ferramenta usada pelos empreendedores para “autorizar” sua presença no território e mediar os conflitos junto às comunidades que dependem dos mesmos recursos naturais para viver, neste caso o espelho d’água da Baía de Guanabara, onde as embarcações de apoio da cadeia de petróleo e gás disputam espaço com a pesca artesanal. Sem dúvida, o PEA-BG envolve um processo parcial e assimétrico, no qual as comunidades percebem que alguns objetivos são alcançados, porém, com vários limites, como foi possível verificar.

Os atores da cadeia da pesca e parte dos técnicos entrevistados consideram o PEA-BG insuficiente para mitigar o principal impacto da cadeia de petróleo e gás, que é sobre o trabalho e a renda dos pescadores. Num ambiente de políticas públicas tão precarizadas como a região da Baía de Guanabara, os educadores enfrentam o desafio de mediar muitas expectativas que acabam sendo geradas. A falta de benefícios imediatos é apontada pelos agentes sociais como fonte de conflitos, o que dificulta a mobilização e a participação das comunidades. Mesmo assim todos os comunitários ouvidos consideram o Projeto fundamental, devido às informações transmitidas e ao fortalecimento comunitário.

Entre os processos de transformação social identificados nas comunidades estão a visibilidade da pesca artesanal na Baía de Guanabara e a comunicação menos violenta e mais estratégica entre comunitários e representantes da petroleira. No âmbito pessoal, além de ampliar o conhecimento, vários comunitários identificaram que ganharam mais segurança para falar em público e se tornaram lideranças/referências em suas localidades.

Essa comunicação não violenta citada não significa que a imagem da empresa mudou para melhor na visão dos comunitários, principalmente dos agentes sociais, que são aqueles que se relacionam de uma forma um pouco mais frequente com representantes da petroleira. Metade deles entende que sua visão se tornou mais crítica, alguns destacaram que hoje compreendem que a Petrobras não é a culpada de tudo na Baía de Guanabara, enquanto outros não mudaram sua opinião porque entendem que a empresa só se comunica com as comunidades por obrigação.

Aliás, o fato de o Projeto ser financiado pelo empreendedor, tendo sua logomarca presente nos materiais informativos e nos uniformes da equipe, gera ruídos na comunicação. Parte dos agentes sociais temem retaliação ou sentem-se inseguros por estar, de certa forma,

representando ao mesmo tempo as comunidades e a empresa. Os benefícios sociais gerados por outras frentes do empreendimento, como ações pontuais voluntárias e projetos de Responsabilidade Social, mesmo sendo muito importantes, também são fontes de ruídos, principalmente quando se encerram, pressionando os agentes sociais que vivem nas comunidades e dificultando a mobilização para as atividades.

Contudo, para além das questões institucionais, durante a pesquisa foi possível refletir sobre possibilidades de melhoria na comunicação do PEA-BG. Penso que é fundamental continuar trabalhando, nas redes sociais e nas metodologias participativas (Teatro do Oprimido, cartografia da ação social etc.), com a informação, a troca de conhecimentos, valorizando ainda mais a identificação dos pescadores com seu território, por meio de imagens, personagens e histórias das comunidades. A valorização cultural dessas comunidades gerativas, que tende a se perder com a ocupação desenvolvimentista do território, é crucial para sua reexistência. Mas quem vai contar suas histórias se não os próprios comunitários? Os agentes sociais e outros integrantes da cadeia da pesca precisam tomar as rédeas de sua comunicação e assumirem o papel de comunicadores populares.

Minha expectativa é que esta reflexão sobre a comunicação com populações tradicionais de pesca artesanal contribua de alguma forma para que outros projetos similares se comuniquem melhor, promovam mais trocas de conhecimento com as comunidades envolvidas e estimulem a comunicação popular. O meu “sonho de mudar o mundo”, tanto aqui na pesquisa quanto no meu trabalho como comunicadora do PEA-BG, se reflete no plantar de uma semente para que as pescadoras e os pescadores artesanais da Baía de Guanabara se empoderem, incidam sobre as políticas públicas em seus territórios e futuramente construam uma rede de comunicação própria. Como eles mesmos sempre dizem, a “Baía está viva” e “juntos somos mais fortes”.

## REFERÊNCIAS

AMADOR, E. **Baía de Guanabara: ocupação histórica e avaliação ambiental**. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

ALENCAR, E. **Baía de Guanabara: descaso e resistência**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mórula: Fundação Heinrich Böll, 2021.

ALENCAR, E.; SCHIMDT, S. **Um mar de lixo e lama: quase R\$ 3 bilhões gastos e a poluição persiste**. O Globo, 24 de agosto de 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/um-mar-de-lixo-lama-quase-3-bilhoes-gastos-a-poluicao-persiste-13711111>.

BARROS, A.T. **A relação entre o sistêmico e o vivo na comunicação institucional**. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (Orgs.) **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007. p.124-136.

BERNAL TORRES, C. A. **Metodología de la investigación**. 2ª ed. México: Pearson Educación, 2006.

BOAL, A. **A Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. **Jogos para Atores e não Atores**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BRANDÃO, E. P. **Conceito de comunicação pública**. In DUARTE, J. (organizador). **Comunicação Pública: Estado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca** – Lei n.º 11.959, de 02/06/2009.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais** - Decreto nº 6.040, de 07/02/2007.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHAVES, C. R. **Mapeamento Participativo da Pesca Artesanal da Baía de Guanabara**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CONAMA. **Resolução nº 237**, de 19 de dezembro de 1997. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 1997.

FIPERJ/PETROBRAS. **Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro (PMAP-RJ)**. Relatório Técnico Semestral. Agosto de 2021

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOOKS, B. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. Tradução de Renata Balbino. São Paulo: Elefante, 2022.

IBAMA. **Instrução Normativa Nº 2, de 27 de março de 2012**. Anexo Bases Técnicas para Elaboração dos Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental Federal. Brasília: Ibama, 2012.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10**. Brasília: Ibama, 2010.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica nº 2/2018/COMAR/CGMAC/DILIC**. Brasília: Ibama, 2018.

\_\_\_\_\_. **Sobre o licenciamento ambiental**. Texto publicado em 23 de agosto de 2020 e atualizado em 10 de março de 2021 em: <http://www.ibama.gov.br/laf/sobre-o-licenciamento-ambiental-federal>.

JABLONSKI, S. **Pescadores e embarcações em atividade, produção, e valor do pescado na Baía de Guanabara - abril de 2001 a março de 2002**. IBAMA, setembro de 2002

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAYRARGUES, P. Educação para a Gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. *In*: CASTRO, R.; LAYRARGUES, P.; LOUREIRO, C. (Orgs.) **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, L. **Baía sem lei**: navios abandonados e danos ao ambiente ocorrem na ausência de fiscalização. O Globo, 20 de novembro de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/11/baia-sem-lei-navios-abandonados-e-danos-ao-ambiente-ocorrem-na-ausencia-de-fiscalizacao.ghtml>.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. *In*: **Gestão em Ação**, Salvador, v.7, n.1, jan./abr. 2004.

MARETÓRIO: o impacto da maré nos territórios de comunidades costeiras. **Blog Um Oceano**, Unicamp, 23 fev.2022. Disponível em : <https://www.blogs.unicamp.br/umoceano/2022/02/23/maretorio/> Acesso em: 03 jun.2022.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de Cartógrafo**: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MISSE FILHO, M. **A Baía de Guanabara sob um olhar comunicacional**: imaginário e narrativas jornalísticas de 1940 a 2018. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós Graduação em Comunicação. Rio de Janeiro, 2020.

ORTIZ, F. Baía de Guanabara: vazamento da Petrobras completa 14 anos. **O Eco**, Rio de Janeiro, 18 fev.2014. Disponível em <https://bit.ly/3tpoS8X>. Acesso em: 05 jun.2022.

PAIVA, R. **Estratégias de comunicação e comunidade gerativa**. Vozes Cidadãs. 1ª ed. São Paulo: Angellara, 2004.

PEA-BG. **V Encontro Temático do PEA-BG: A importância da pesca artesanal na Baía de Guanabara.** *YouTube*, 28/06/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z2Sd4ih1ndQ&t=8833s>.

PEA-BG. **Vídeo educativo - Como é sua comunidade pesqueira?** *YouTube*, 08/11/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qDpox5Hqbt0>.

PERUZZO, C. M. K. **A pesquisa participante, de uma matriz teórico-metodológica às especificidades das práticas investigativas.** *In: XIII Congresso da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC), UAM / UNAM-Xochimilco/Cidade do México, de 5 a 7 de outubro de 2016.*

\_\_\_\_\_. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária.** *In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB, de 6 a 9 de setembro de 2006.*

\_\_\_\_\_. **Relações públicas com a comunidade: uma agenda para o século XXI.** *In: Comunicação & Sociedade, nº 32, p. 45-67. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 1999.*

PETROBRAS. **Projeto patrocinado pela Petrobras colabora para a recuperação de manguezais e geração de renda de catadores de caranguejo.** Fatos e Dados, 09 de maio de 2022. Disponível em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/projeto-patrocinado-pela-petrobras-colabora-para-a-recuperacao-de-manguezais-e-geracao-de-renda-de-catadores-de-caranguejo.htm>

\_\_\_\_\_. **Iniciativa Petrobras de doação de gás.** Site da empresa, acessado em 12 de março de 2023. Disponível em: <https://petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/sociedade/iniciativa-petrobras-de-doacao-de-gas/>.

PIMENTEL, M.A. da S. **Comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas no estado do Pará: conflitos e resistência.** *In: Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política, 2019, vol. 1, nº 1, pp. 191-218.*

QUINTAS, J. **Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória.** *In: Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p.113-140.*

\_\_\_\_\_. **Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública: a construção do ato pedagógico.** *In LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico. São Paulo Cortez, 2009. p.33-79*

\_\_\_\_\_. **Introdução à gestão ambiental pública.** 2ª ed. revista. Brasília: Ibama, 2006. 134p. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação ambiental, 5)

RIBEIRO, A.C.T. et al. **Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método.** *Cadernos IPPUR. v. 15, n. 2 e Ano XVI, N.1, 2001-02*

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro** – A formação e o sentido do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMPAIO, T. **Peregrinações de Antônio Knivet no Brasil no século XVI**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro, vol. 2, p.345-390. Rio de Janeiro: 1914.

SANTOS, B. de S. **Tesis sobre la descolonización de la historia**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Coimbra: Centro de Estudos Sociais - CES, 2022.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *In*: BECKER, B.; SANTOS, M. et al. **Território, territórios, ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SARAPECK, H. Romper com o antropocêntrico e cair nas redes do pertencimento: Cabe ao Teatro do Oprimido um papel nessa história? *In*: SANTOS, B. **Metaxis: Projeto Teatro das Oprimidas**. Rio de Janeiro: Aldeia Cultural Casa Viva, 2023.

SERRÃO, M. A. **Remando contra a maré: o desafio da educação ambiental crítica no licenciamento ambiental das atividades marítimas de óleo e gás no Brasil frente à nova sociabilidade da terceira via**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2012.

SERRO, R. **Comunicação comunitária em áreas de risco socioambiental** (Um estudo de caso de comunidades do entorno de empreendimento da Petrobras). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 108f.

SOUZA, M.L. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, Unesp, 2008.

TORO, J.B.; WERNECK, N.M.D. **Mobilização social: um modo de construir a cidadania e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TUFTE, T. **Communication and Social Change: a citizen perspective**. Cambridge: Polity Press, 2017.

VARANDA, J. S. R.; MARTINS, L. M.; VIEIRA, L. L. **Concepções de natureza e conflitos socioambientais: o caso da pesca artesanal no Estado do Rio de Janeiro**. Mares: Revista de Geografia e Etnociências, 2020.

YIN, R. **Estudo de caso. Planejamento e métodos**. 4ª ed. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

## APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo intitulado “Diálogo e conflitos: a comunicação com pescadores artesanais em um projeto de educação ambiental na Baía de Guanabara”, conduzido por Cristiane de Cássia Soares Ramada. Este estudo tem por objetivo entender de que forma a comunicação do Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-BG) chega às comunidades de pesca e investigar sua eficácia.

Você foi selecionado(a) por ser integrante da cadeia de pesca artesanal que participa de atividades do PEA-BG ou das equipes envolvidas em sua execução. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Caso não se sinta confortável com algum questionamento na entrevista, o que é um risco que pode haver nesta pesquisa, sinta-se completamente à vontade para não responder a pergunta.

Sua participação na pesquisa não é remunerada, nem implica em qualquer gasto. Ela consistirá em uma entrevista de aproximadamente meia hora, com perguntas relativas à comunicação no PEA-BG. As perguntas serão feitas pela pesquisadora Cristiane em local onde estiver ocorrendo alguma atividade do projeto ou outro lugar de fácil acesso ao participante.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. A entrevista será gravada para posterior transcrição. Pode ser necessário o uso de sua imagem em foto e/ou vídeo e/ou a gravação feita em áudio durante a divulgação dos resultados da pesquisa. Mas para isso, você precisa concordar com esse procedimento.

O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, em duas vias, uma delas sua e a outra da pesquisadora responsável. Seguem os contatos da pesquisadora e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisadora responsável: Cristiane de Cássia Soares Ramada, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e-mail [cristianec2004@gmail.com](mailto:cristianec2004@gmail.com), telefone (21) 97198-0537.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisadora, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: [etica@uerj.br](mailto:etica@uerj.br) - Telefone: (21) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

## **APÊNDICE B – Roteiros de entrevistas semiestruturadas**

### **B.1 – Com sujeitos prioritários do PEA-BG:**

Como você percebe a vida do pescador na Baía de Guanabara hoje em comparação ao que já foi no passado?

Dentro desse contexto, você considera importantes ações do licenciamento ambiental, como os projetos de educação ambiental?

Para você, qual é principal objetivo do PEA-BG? Qual a intenção das atividades que são realizadas?

O que te fez começar a prestar atenção às mensagens do PEA-BG?

Percebe que algo mudou em você individualmente e/ou em sua comunidade a partir da participação no PEA-BG? O quê?

Você acredita que o material de comunicação produzido pelo PEA-BG contribui para que o Projeto seja compreendido?

Quais tipos de materiais de comunicação produzidos e divulgados pelo PEA-BG são mais vistos e despertam mais interesse das comunidades?

Como você e outras pessoas na comunidade interagem com o que é publicado?

Você e sua comunidade se sentem à vontade nas atividades do PEA-BG e nas redes sociais do Projeto para criticarem e exporem conflitos com a cadeia de petróleo e gás?

O que precisa melhorar na comunicação do PEA-BG para ela ser mais eficaz?

Questões adicionais para os agentes: A participação no projeto mudou algo em sua visão sobre a indústria de petróleo e gás ou sobre o licenciamento ambiental e os projetos de educação ambiental? Você se sente satisfeito com o trabalho que realiza em sua comunidade como parte do PEA-BG? Quais os principais conflitos que você enfrenta dentro das comunidades e como parte da equipe do Projeto? Como reage a isso?

### **B.2 – Com membros das equipes de execução, coordenação e supervisão do PEA-BG:**

Quais as intencionalidades do PEA-BG e de suas ações de comunicação?

Quais os resultados do PEA-BG que podem ser observados junto aos sujeitos e às comunidades que dele participam?

Como você percebe que as ações de comunicação do PEA-BG contribuem para esses resultados?

O que é preciso melhorar na comunicação do Projeto para sua maior eficácia?